

Relatório e Contas 2010



ÁGUAS DA
AZAMBUJA



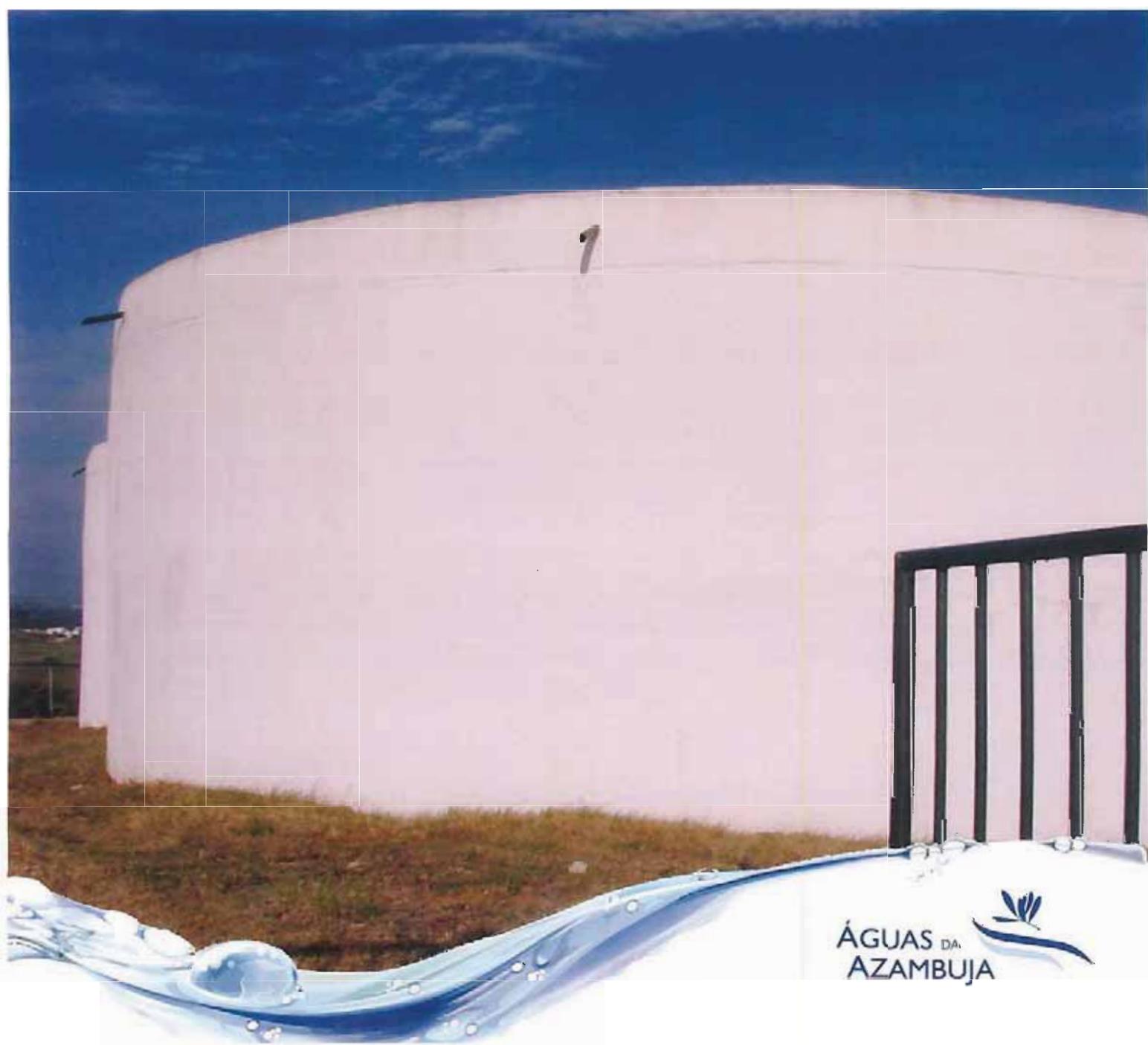
A

Relatório e Contas 2010

Índice

Síntese de Dados/Indicadores	1
Mensagem do Presidente	3
Apresentação da Empresa	4
Breve Historial	4
Estrutura Accionista	4
Orgãos Sociais	4
Objecto da Sociedade	5
Missão e Posicionamento Estratégico	6
Missão	6
Visão	6
Valores	6
Objectivos Estratégicos	7
Síntese de Actividade em 2010	8
Envolvente Exterior	8
Enquadramento Macroeconómico	8
Enquadramento Local	10
Regulação	11
Estrutura Organizacional	12
Organograma	12
Competências	12
Recursos Humanos	15
Regras Societárias	16
Principais Acontecimentos em 2010	17
Factos Relevantes	17
Desempenho da Empresa	18
Análise Económico Financeira	25
Análise Custos e Proveitos	25
Análise do Balanço	27
Indicadores Económico-Financeiros	28
Perspectivas para o Futuro	29
Considerações Finais	30
Outras Informações	31
Proposta de Aplicação de Resultados	32
<hr/>	
Contas do Exercício de 2010 e Respectivo Anexo	33
Balanço	
Demonstração dos Resultados por Natureza	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Demonstração das alterações no Capital Próprio	
Anexo às Demonstrações Financeiras	
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Certificação Legal das Contas	

Síntese de Dados/Indicadores



2.1
8

SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

QUADRO

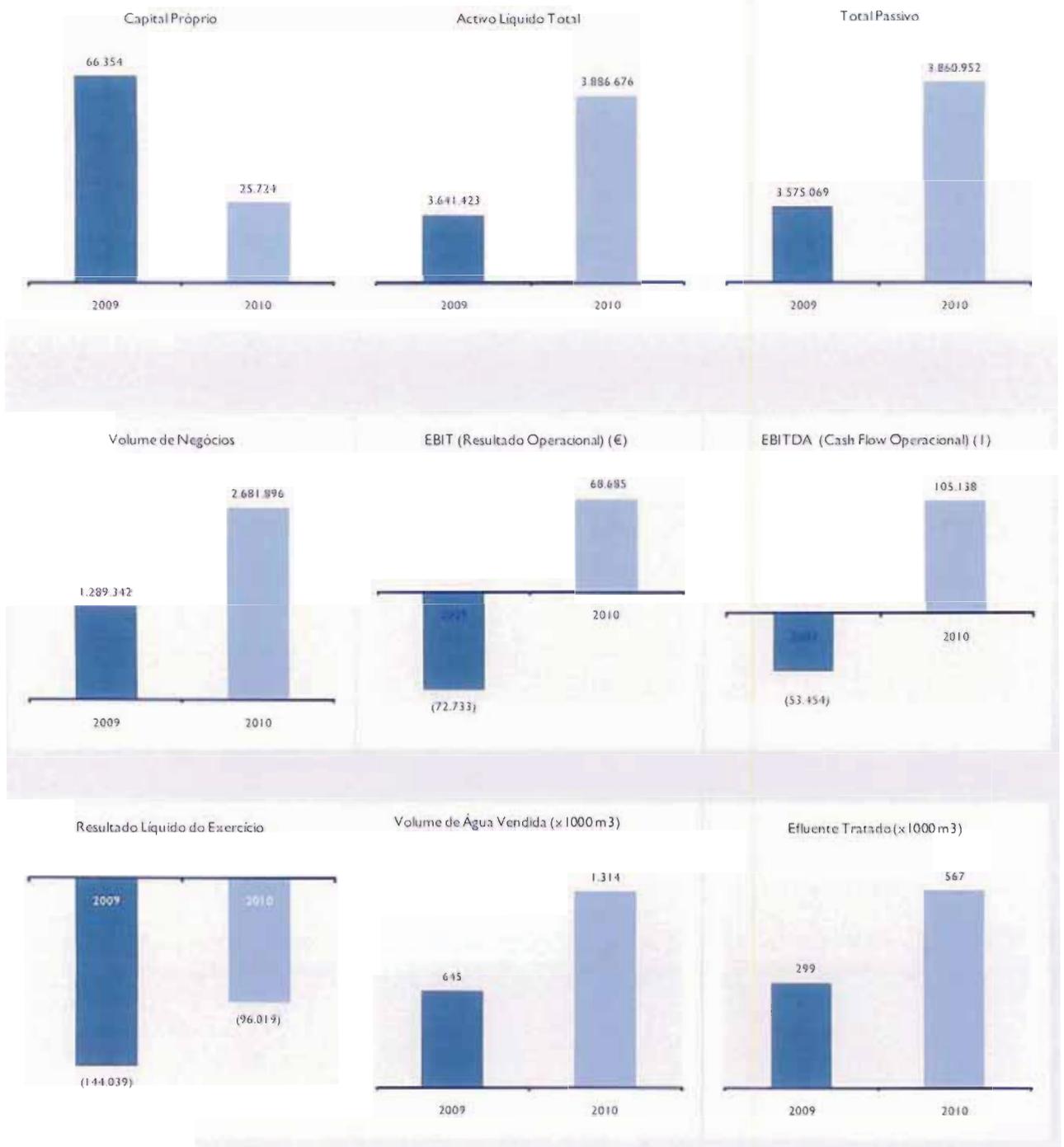
	(em euros)	
Síntese de Dados / Indicadores	2009	2010
Capital Social	50.000	50.000
Capital Próprio	66.354	25.724
Activo Líquido Total	3.641.423	3.886.676
Total Passivo	3.575.069	3.860.952
Volume de Negócios	1.289.342	2.681.896
EBITDA (Cash Flow Operacional) (1)	(53.454)	105.138
EBIT (Resultado Operacional)	(72.733)	68.685
Resultados Antes de Impostos	(121.152)	(98.666)
Resultado Líquido do Exercício	(144.039)	(96.019)
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	(217,1%)	(373,3%)
Rentabilidade do Activo (%)	(4,0%)	(2,5%)
Autonomia Financeira (%)	1,8%	0,7%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	11	11
Nº de Municípios Abastecidos	1	1
Área Geográfica Abrangida (Km ²)	262	262
População Residente na Área Abrangida	21.841	21.866
Abastecimento		
Nº de Clientes	10.285	10.340
População Servida	20.312	20.335
Volume de Água Vendida (10 ³ m ³)	645	1.314
Saneamento		
Nº de Clientes	5.313	5.707
População Servida	13.105	13.948
Efluente Facturado (10 ³ m ³)	299	567

(1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - imparidades e Reversões - Provisões

Nota: Os dados apresentados em 2010 não são comparáveis com os do ano anterior, porque a empresa só iniciou a sua actividade em Julho de 2009.

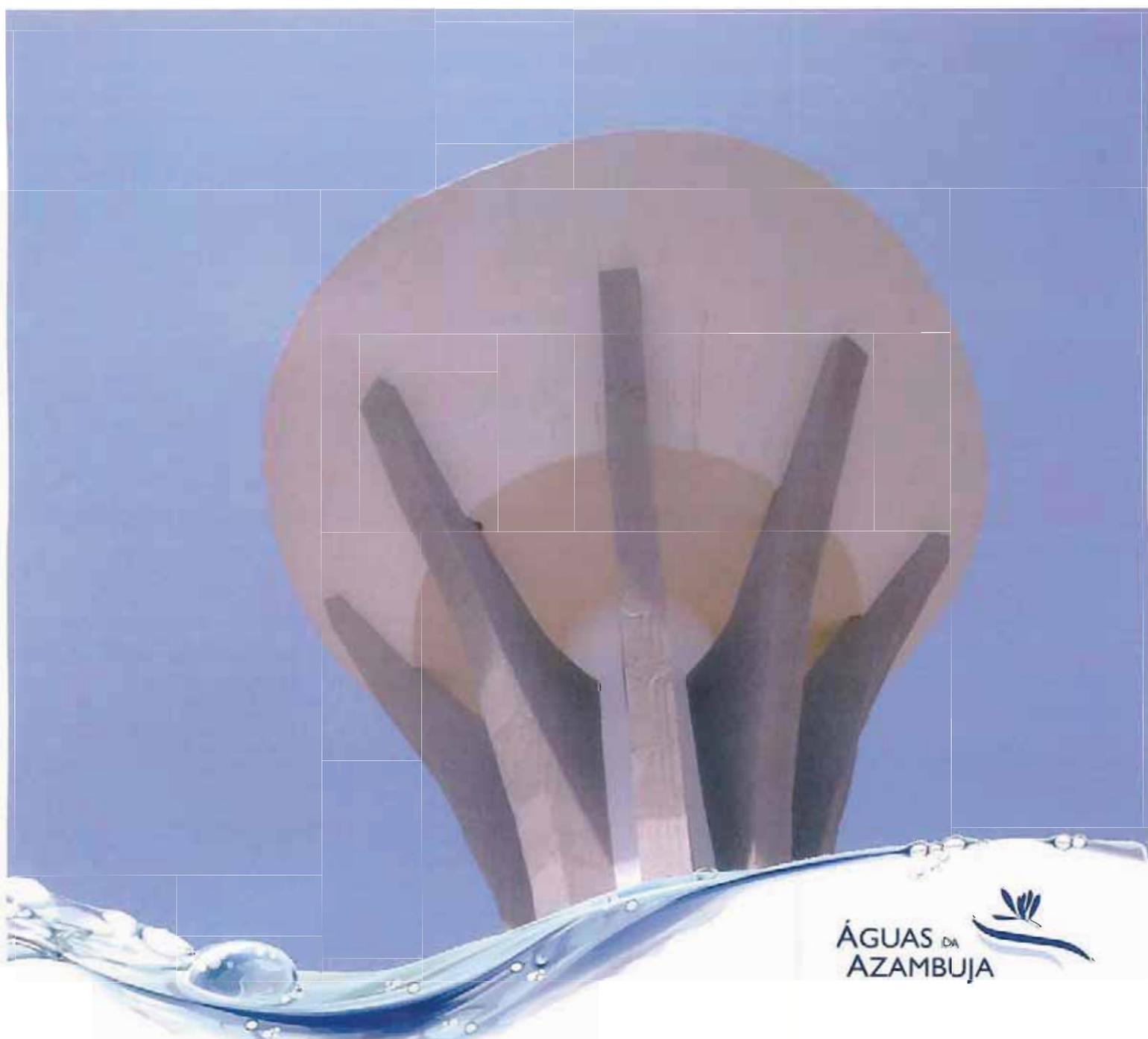
R. 2
8

GRÁFICOS



2.7
8

Mensagem do Presidente



ÁGUAS DA
AZAMBUJA



et
B

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em Julho de 2009, a Águas da Azambuja iniciou a gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Azambuja por um período de 30 anos.

Durante o ano de 2010 verificou-se uma crescente consolidação da estrutura organizacional numa permanente adaptação à realidade local e às especificidades da empresa. Embora muito jovem, a Águas da Azambuja tem já os seus procedimentos e rotinas consolidados e aptos para servirem de *benchmark* futuro à sua própria actividade.

Ainda no ano de 2010 tiveram início as empreitadas relativas a obras no valor global de 979 mil Euros, nomeadamente: a rede doméstica de Vale do Brejo 2ª fase – Casais das Inglesas e Casais de Vale Coelho; a rede de drenagem – Apiedeiro, na Freguesia de Vila Nova da Rainha; a rede doméstica de Quebradas – 2ª Fase, na Freguesia de Alcoentre; o reservatório de Vale do Paraíso; e a reabilitação de várias infra-estruturas existentes.

Em Setembro de 2010 Águas do Oeste reforçou o abastecimento ao Sistema de Azambuja colocando em funcionamento a captação subterrânea designada por Farol em conjunto com a captação subterrânea RAI.

Embora o primeiro ano da Concessão tenha corrido em linha com o planeado, - tanto pela Águas da Azambuja, como pela Câmara Municipal -, verificam-se alguns factores que requerem desde já uma revisão, designadamente:

1. Alterações legislativas: Por força do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, impende sobre as Partes a obrigação de, no prazo de 3 anos a contar da referida entrada em vigor, adaptar o Contrato de Concessão às disposições resultantes do referido diploma legal;
2. Em virtude da Recomendação IRAR n.º 1/2009, verifica-se ainda a necessidade de adaptação da estrutura tarifária e a inclusão do tarifário especial para utilizadores domésticos de menor rendimento e para famílias numerosas;
3. Decorrido um ano desde o início do Período de Funcionamento, verificou-se que o valor dos caudais totais anuais de água de abastecimento verificados no exercício de 2010 exprimem uma sistemática e progressiva diminuição superior a 20% em relação ao previsto no Caso Base;
4. A Águas do Oeste, S.A. não irá implementar o sistema de abastecimento de água com origem na Quinta da Judia e a aceitação da ligação dos efluentes produzidos nas zonas industriais de V.N. da Rainha / Azambuja e Aveiras / Azambuja ao sistema multimunicipal. Verifica-se ainda um atraso na realização do plano de investimentos da Águas do Oeste, S.A. e a inexistência de ligação ao sistema de tratamento a explorar pela Águas do Oeste, S.A..

Para além da correcção das situações supra indicadas, em 2011 a Águas da Azambuja irá focalizar a sua atenção na realização das obras previstas no Plano de Investimentos, na continuidade da campanha de substituição de contadores, na optimização do Plano de Manutenção Preventiva da Infra-estruturas, na aproximação aos grandes clientes e no arranque do Projecto de Telegestão e de Certificação de qualidade da empresa.

O Presidente do Conselho de Administração



Diogo Faria de Oliveira

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Breve Historial

A sociedade AdAz - Águas da Azambuja, SA, foi constituída em 10 de Março de 2009 em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em Abril de 2007 para a Concessão da exploração e gestão conjunta dos serviços municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais no concelho.

Em 11 de Maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A.. O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), que se irá prolongar por 30 anos, teve início no dia 11 de Julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas de Azambuja.

Estrutura Accionista

Identificação	Aguas da Azambuja, S.A	
Sede Social:	R. Teodoro José da Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 2050-335 Azambuja	
Pessoa Colectiva:	508 911	
Capital Social:	€ 50.000	
Estrutura Accionista:	Aquapor – Serviços, S.A.	74,98%
	Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	24,99%
	Luságua – Serviços Ambientais, S.A	0,01%
	Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	0,01%
	Pragosa Ambiente, S.A.	0,01%

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral:

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;
Dra. Catarina Alexandra Machado Pragosa – Secretário.

Conselho de Administração:

Eng.º Diogo Manuel Mena Faria de Oliveira – Presidente;
Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho – Vogal;
Dra. Catarina Alexandra Machado Pragosa – Vogal.

Em 21 de Fevereiro de 2011 o Sr. João Cerejo Pragosa cessou funções como Administrador, tendo sido cooptado pela Dra. Catarina Pragosa.

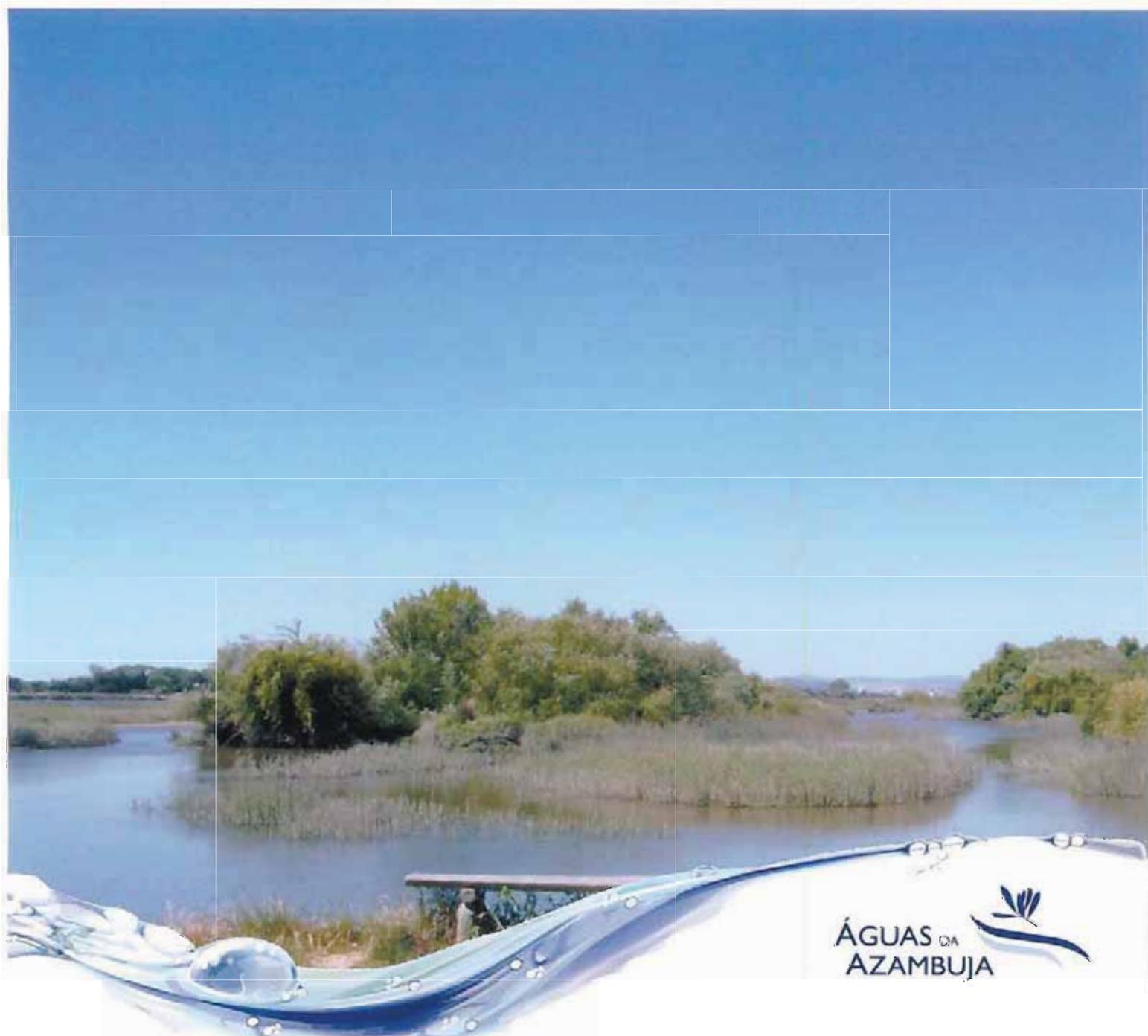
Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst&Young Audit&Associados–SROC,S.A. representado por Dr. João Carlos Miguel Alves

Suplente do Fiscal Único: Dr. Rui Abel Serra Martins

21

Apresentação da Empresa



ÁGUAS DA
AZAMBUJA



2.
8 4

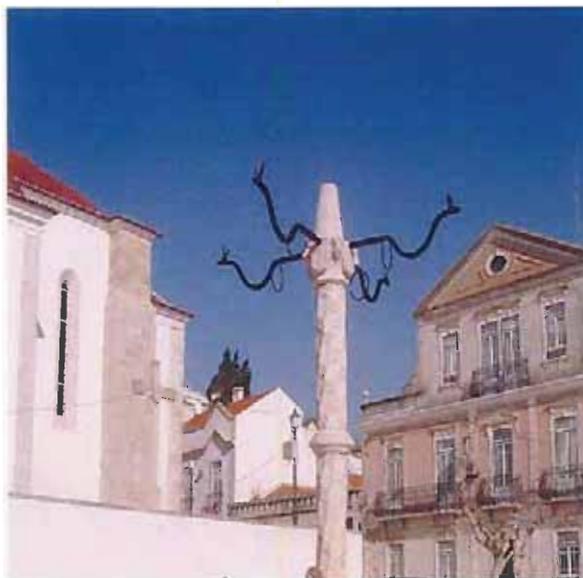
Objecto da Sociedade



OBJECTO DA SOCIEDADE

Objecto

A sociedade tem por objecto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as Instalações, Infra-estruturas e Equipamentos que compõem os sistemas concessionados, bem como de recolha, transporte e encaminhamento adequado de Águas Residuais provenientes de fossas particulares domésticas e industriais.



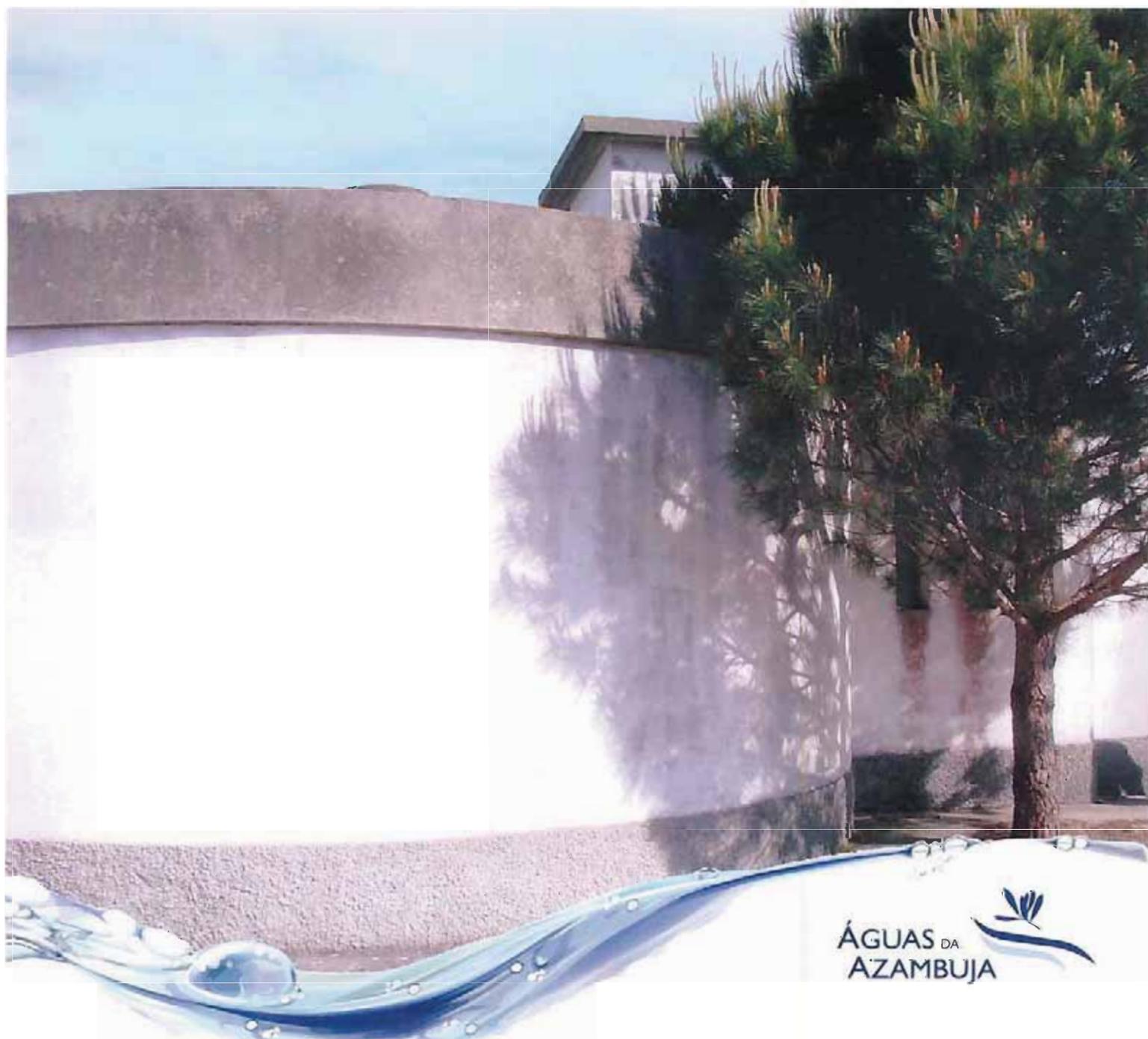
(art. 3º dos Estatutos da Sociedade)

O objecto da Sociedade traduz-se na:

- (i) Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja por um período de 30 anos;
- (ii) Execução das obras do Plano de Investimentos da Concessionária, tendo em vista a persecução dos objectivos de 98% de cobertura da população em abastecimento de água e de 95% de cobertura da população em drenagem de águas residuais.

2
4

Missão e Posicionamento Estratégico



ÁGUAS DA
AZAMBUJA



2. 7
8

MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

Missão

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua actividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

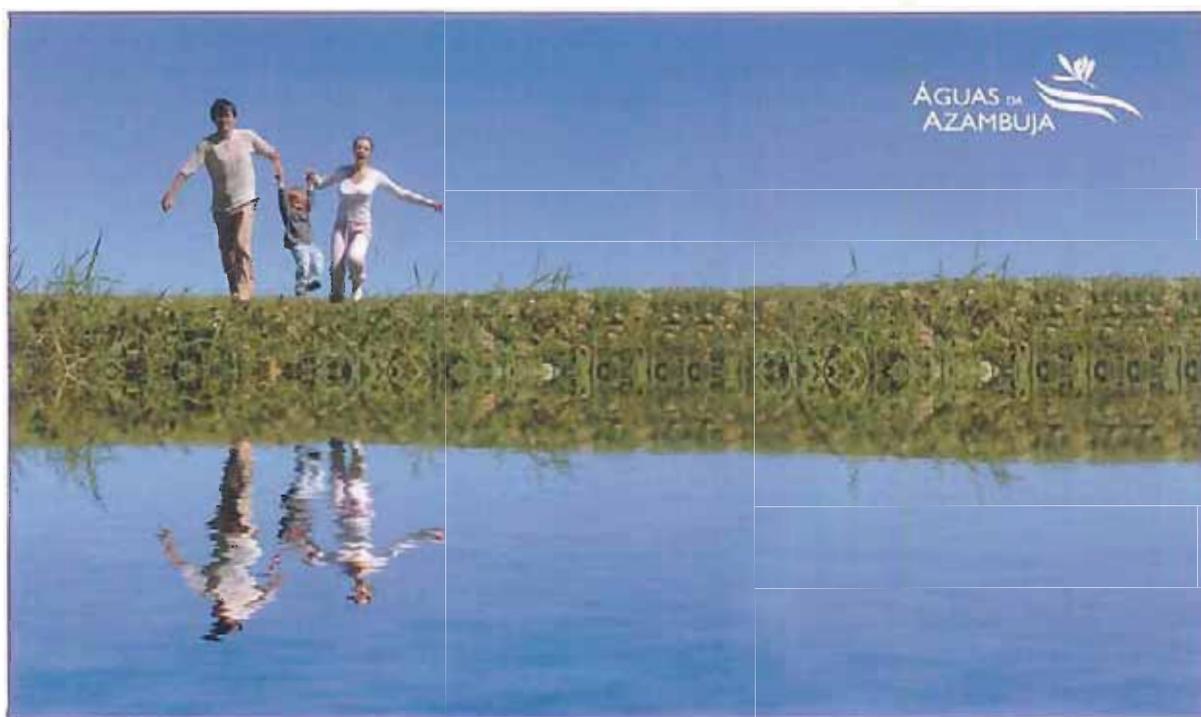
Visão

Ser uma Concessão que se constitua como benchmark nacional na relação custo/eficiência do serviço num período de 3 a 5 anos.

Valores

A Águas da Azambuja pretende manter uma cultura própria através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética;



Objectivos Estratégicos

Os objectivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da empresa na comunidade.

Recursos Humanos:

- Optimizar a Formação dos colaboradores da empresa;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Redução das perdas na rede de água.

Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes criando alternativas;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;

Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Maximizar os proveitos operacionais;
- Optimizar os custos da estrutura.

2. 4
8

Síntese de Actividade em 2010



ÁGUAS DA
AZAMBUJA



SINTESE DE ACTIVIDADE EM 2010

ENVOLVENTE EXTERIOR

Enquadramento macroeconómico

Geral

Em 2010, a economia mundial terá recuperado em sequência da contracção global prolongada, ainda que a sustentabilidade desta recuperação permaneça rodeada de elevada incerteza. Por um lado, o estímulo decorrente das políticas de apoio sem precedentes adoptadas pelas autoridades monetárias e governamentais já terá atingido o seu impacto máximo, tendendo a mitigar-se no futuro próximo. Por outro lado, desde o final de 2009, observou-se uma diferenciação significativa do risco soberano em várias economias da área do euro, incluindo Portugal. Esta situação afectou essencialmente os países que conjugaram aumentos substanciais e não antevistos dos défices e da dívida pública com um conjunto de fragilidades de natureza estrutural, nomeadamente em termos do grau de endividamento externo, do crescimento tendencial da economia ou da robustez do sistema bancário.

Durante o ano de 2010, o **Conselho do Banco Central Europeu (BCE)** manteve as taxas de juro oficiais inalteradas: a taxa de juro das operações principais de refinanciamento em 1% e as taxas de juro das facilidades permanentes de depósito e de cedência marginal em 0,25% e 1,75%, respectivamente. A Euribor 3M aumentou 0,31 pontos percentuais e a Euribor 6M aumentou 0,24 pontos percentuais face a 2009.

Varição da Euribor nos últimos 3 anos:

	2008	2009	2010
Euribor 1M	2,60%	0,45%	0,78%
Euribor 3M	2,89%	0,70%	1,01%
Euribor 6M	2,97%	0,99%	1,23%
Euribor 12M	3,05%	1,25%	1,51%

Fonte: Banco de Portugal (valores de fim de período)

Ao longo de 2010 o **preço internacional do petróleo** em dólares registou uma subida de 20% por cento e o **preço do gasóleo** rodoviário registou em 2010 um aumento de cerca de 31% face a 2009.

Portugal

Em 2010, a economia portuguesa registou uma melhoria, nomeadamente na aceleração assinalável dos fluxos de comércio internacional e do crescimento do PIB de 1,4%, após uma variação negativa de 2,5% observada em 2009. Por seu turno a taxa de inflação situa-se em 1,4%, após a queda registada em 2009.

O consumo privado voltou a apresentar um crescimento superior ao do PIB, sendo de destacar a aceleração particularmente acentuada do consumo de bens duradouros. Por seu turno verifica-se um forte crescimento das exportações – acima da procura externa dirigida às empresas portuguesas.

	Taxa de Variação Anual		
	2008	2009	2010
PIB	0,0%	(2,5%)	1,4%
IPC	2,6%	(0,8%)	1,4%
Desemprego	7,6%	9,5%	10,8%
Consumo Privado	1,8%	(1,0%)	2,0%
Consumo Público	0,8%	3,4%	3,2%
Exportações	(0,3%)	(11,7%)	8,7%
Importações	2,8%	(10,6%)	5,3%

Fonte: Banco de Portugal e INE

Em 2010, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma taxa de variação média de 1,4% (-0,8% no ano anterior).

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (mais apropriado para comparações entre os diferentes países da União Europeia) registou um aumento de 1,4% face ao ano anterior. De acordo com a última estimativa disponível sobre a evolução dos preços na Zona Euro, o resultado alcançado em Portugal situa-se 0,2 pontos percentuais acima da média estimada para a totalidade de países da Zona Euro.

A taxa média de **desemprego** em 2010 prosseguiu a tendência observada na última década, fixando-se num máximo histórico de 10,8%, contra os 9,5% registados em 2009, o que constitui um aumento de 1,3 pontos percentuais.

O indicador de **consumo** em 2010 apresentou uma evolução crescente principalmente no último trimestre, associado à antecipação das compras de bens duradouros, devido ao pré-anunciado aumento da taxa normal de IVA em 2 pontos percentuais e do Imposto Sobre Veículos a partir do início de 2011.

Relativamente ao **comércio internacional**, observa-se um crescimento de volume de exportações de bens e serviços em 2010 de 8,7%, após uma queda de 11,7% no ano anterior.

A evolução das tarifas de **energia eléctrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

Índices (Base 100 = 1998)

	2008	2009	2010
Muito Alta Tensão	108	115	118
Alta Tensão	115	122	126
Média Tensão	117	124	128
Baixa Tensão Especial	128	135	139
Baixa Tensão Normal	115	120	124

Fonte: ERSE

Enquadramento Local

A Águas da Azambuja é Concessionária por um período de 30 anos, em regime de exclusividade de um sistema Municipal do Município de Azambuja que abrange uma área geográfica de 262 Km². Residem na área abrangida 21.866 habitantes¹.

É uma Concessão Municipal, operando em baixa, ao abrigo do Dec.-Lei n.º 379/93, de 5 de Novembro e do Dec.-Lei n.º 194/2009 de 20 de Agosto. Os serviços de fornecimento de Água e o Tratamento das Águas Residuais em alta são assegurados pela empresa Águas do Oeste S.A. concessionária do Sistema Multimunicipal da região do Oeste.

A actividade económica do Concelho da Azambuja assenta fundamentalmente em agricultura e florestas integradas em fileira de produção e mais recentemente serviços de transportes e logística. Assiste-se a uma crescente especialização do Concelho na área da logística, desde a logística mais banal à logística de elevada rentabilidade e de maior especialização. Actualmente a componente comercial e industrial representa um peso de 28 % no volume de água vendida.

O Concelho da Azambuja encontra-se por tal integrado num quadro de uma região metropolitana alargada, pelo que se situa no centro de uma área que concentra parte significativa da produção nacional e da população residente no país. Neste quadro favorável, existem boas possibilidades de diversificação da Economia do território, designadamente baseada na consolidação dos sectores industrial, da logística e dos transportes e no desenvolvimento do sector agro-florestal, com a criação de actividades a ele relacionadas, designadamente com actividades complementares, de cariz cultural e turístico.

O Concelho da Azambuja mantém um crescimento populacional, embora alterado no ritmo, que desacelera. A distribuição espacial da população no território concelhio apresenta um padrão de concentração em pequenos aglomerados dispersos um pouco por todo o território, bipolarizado por dois núcleos mais relevantes, - Azambuja e Aveiras de Cima - e apoiado noutros núcleos com alguma dimensão à escala do Concelho, designadamente Alcoentre, Manique do Intendente, Vale do Paraíso e

¹ INE – População média anual residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida): Anual - INE, Estimativas Anuais da População Residente actualizado em Maio de 2010.

Vila Nova da Rainha. Em termos de dinâmica demográfica das freguesias, a evolução recente tem sido caracterizada pelo acentuar das assimetrias intra-concelhias, as quais se têm apoiado em dois mecanismos distintos mas complementares nesse processo: concentração dos ganhos populacionais nas freguesias de Aveiras de Cima e Azambuja, melhor servidas por acessibilidades rodoviárias e com maior dinamismo económico; perdas demográficas nas freguesias mais afastadas dos eixos viários estruturantes, mais rurais, designadamente Vila Nova de S. Pedro, Maçussa ou Vale Paraíso.²

Regulação

A actividade de Águas da Azambuja é regulada por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, estabelecido com o Município de Azambuja em 11 de Maio de 2009, com a duração de 30 anos.
- Regulamentos Municipais do Abastecimento de Água e de Águas Residuais do Concelho de Azambuja que estabelecem e definem as regras e condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial na área de intervenção da Águas da Azambuja. Estes regulamentos pretendem dar resposta ao estabelecido no contrato de concessão em termos de definição das relações contratuais entre a empresa e os utentes.
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR;

Em Março de 2010 a Águas da Azambuja apresentou ao Município o Relatório Anual de Actividade da Concessionária relativo ao ano de 2009. Durante o mês de Setembro foi submetido do Plano de Controlo da Qualidade da Água para o ano de 2011 tendo sido aprovado pela Entidade Reguladora. O Plano aprovado para o ano de 2010 foi cumprido na íntegra.



² Revisão do Plano Director Municipal da Azambuja - Avaliação Ambiental Estratégica, Abril de 2010. Elaborado por Traço e Ambiente. Lda.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Organograma



Competências

ADMINISTRAÇÃO:

- Representar a empresa;
- Definir a estratégia, objectivos, linhas de actuação e políticas da Concessionária;
- Aprovar o Plano de Actividades, Plano de Investimentos e Orçamento e Relatório de Contas da Concessionária;
- Supervisionar a actividade da Concessionária.

DIRECÇÃO GERAL:

- Dirigir a concessão em conformidade com as directrizes emanadas da Administração;
- Supervisionar e estabelecer as linhas de actuação dos Sectores Comercial, Operacional e de Planeamento e Obras;
- Representar a Concessionária perante o Município de Azambuja;
- Elaborar o orçamento anual da empresa;
- Verificar o cumprimento do Programa anual de gestão da empresa;
- Informar sobre a gestão da empresa.
- Controlar a qualidade da água para consumo humano, garantindo a fiabilidade e qualidade do sistema;
- Manter relações com a ERSAR, Organismos Sanitários e Laboratórios;
- Dar cumprimento à legislação de controlo de qualidade em vigor para o sector;
- Analisar o rendimento das redes de distribuição de água e tomar medidas correctivas.

SECTOR OPERACIONAL

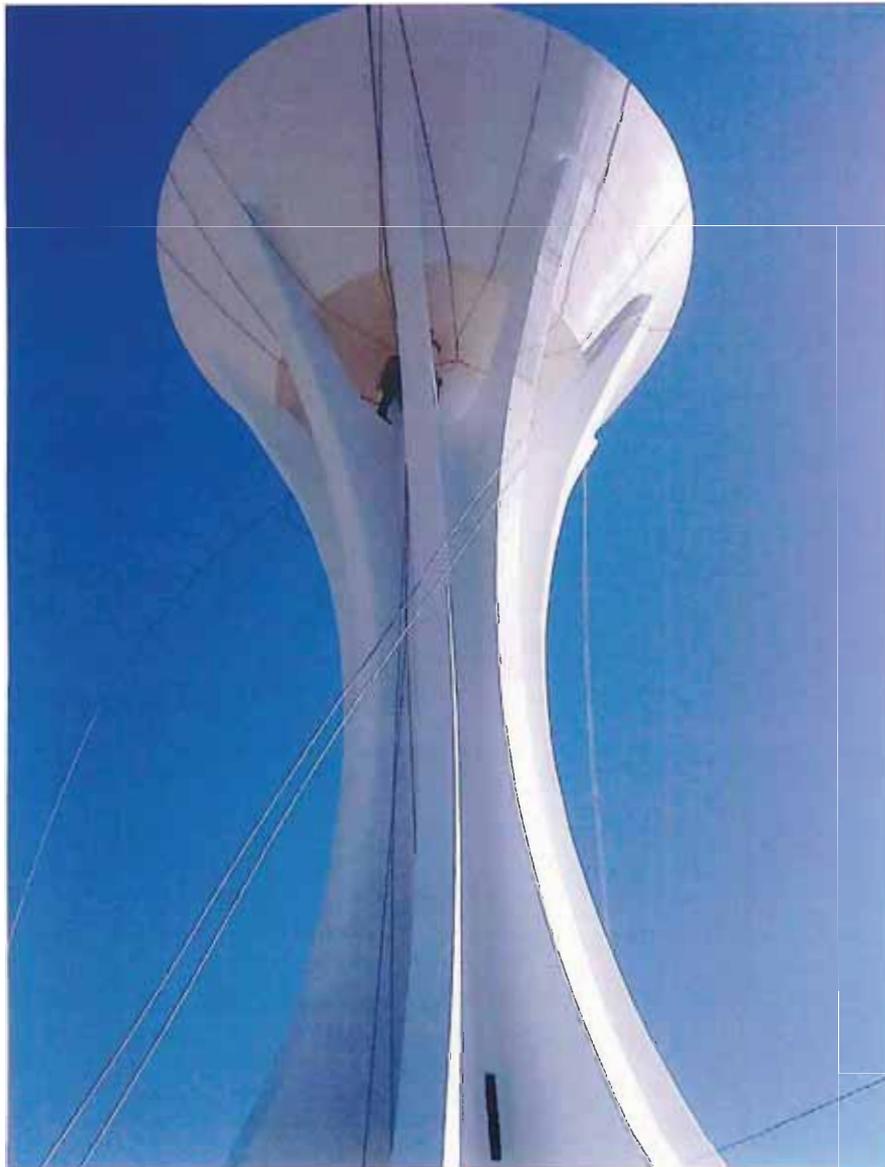
- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as directrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de actuação das áreas de controlo de qualidade, exploração e manutenção;
- Estabelecer os objectivos, planos gerais e orçamentos do Sector Operacional;
- Obter os meios necessários para o cumprimento dos objectivos;
- Gerir os meios materiais e de pessoal do Sector Operacional.
- Supervisionar o correcto funcionamento dos equipamentos;
- Apoiar as acções de manutenção programada e de reparação de avarias;
- Gerir todas as estações elevatórias, reservatórios, condutas adutoras e distribuidoras;
- Realizar a limpeza de reservatórios e adutoras;
- Atender os avisos de rupturas e localizá-las, determinando as operações necessárias para a sua reparação;
- Executar os ramais domiciliários. Colocar, substituir e retirar contadores de água;
- Analisar o rendimento das redes de distribuição de água e tomar medidas correctivas.

SECTOR COMERCIAL:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as directrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de actuação do Sector Comercial;
- Estabelecer os objectivos, planos gerais e orçamentos do Sector Comercial;
- Obter os meios necessários para o cumprimento dos objectivos;
- Gerir os meios materiais e de pessoal do Sector Comercial;
- Atender a linha telefónica;
- Recepcionar a correspondência e proceder à sua entrega a cada destinatário;
- Dar resposta à correspondência de acordo com as orientações emanadas do destinatário;
- Efectuar e manter actualizado o arquivo de documentos;
- Organizar as folhas de ponto e demais documentos justificativos de faltas ou trabalho extra de cada funcionário;
- Organizar os mapas de formação profissional em função das necessidades;
- Efectuar os pedidos de compra de materiais;
- Gerir as entradas e saídas das peças existentes no armazém;
- Controlar a documentação do parque automóvel.
- Atender os pedidos e sugestões dos Clientes;
- Estudar, analisar e elaborar as respostas às reclamações dos clientes;
- Realizar contratos de fornecimento de água;
- Controlar as leituras e consumos dos clientes e proceder à emissão das respectivas facturas, de acordo com o tarifário em vigor;
- Gerir o controlo de cobranças e proceder à emissão de cartas-aviso de dívida;
- Receber os pagamentos dos clientes efectuados em dinheiro, cheque ou vale postal. Controlar os recebimentos por Agentes de Cobrança, Multibanco, Payshop e Transferência bancária.

SECTOR DE PLANEAMENTO E OBRAS:

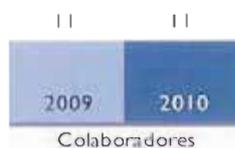
- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as directrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de actuação do Sector de Planeamento e Obras;
- Estabelecer os objectivos, planos gerais e orçamentos do Sector de Planeamento e Obras;
- Apreciar projectos;
- Acompanhar a execução de obras a decorrer;
- Prestar informações técnicas a Clientes e CMA;
- Planear obras;
- Coordenar e fiscalizar as obras afectas ao Plano de Investimentos;
- Validar e aprovar Projectos de Execução para lançamento de obras.



Recursos Humanos

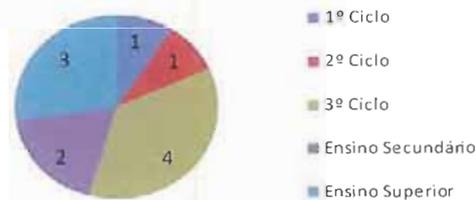
Em 31 de Dezembro de 2010 a empresa tinha 11 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

Tipo Contrato	2009	2010
Contrato sem Termo	7	7
Contrato Termo Certo	4	4
Total	11	11



A distribuição dos colaboradores por níveis de habilitações era, no final de 2010, a seguinte:

Nível Habilitações	Homens	Mulheres	Total
1º Ciclo	1	0	1
2º Ciclo	1	0	1
3º Ciclo	3	1	4
Ensino Secundário	1	1	2
Ensino Superior	2	1	3
Total	8	3	11



A distribuição dos Recursos Humanos existentes por qualificação profissional foi a seguinte:

Nível Qualificação	Homens	Mulheres	Total
Dirigentes	0	1	1
Quadros Superiores	1	0	1
Quadros Intermédios	1	0	1
Profissionais Qualificados	2	2	4
Profissionais Semi-Qualificados	4	0	4
Total	8	3	11



Quanto ao nível de antiguidade verificou-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Antiguidade	Homens	Mulheres	Total
0 a 5 anos	6	2	8
5 a 10 anos	1	0	1
10 a 15 anos	1	0	1
> 15 anos	0	1	1
Total	8	3	11

O nível etário médio era de 40 anos, verificando-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
25 a 29 anos	1	0	1
30 a 34 anos	2	1	3
40 a 44 anos	3	1	4
45 a 49 anos	2	1	3
Total	8	3	11

Regras Societárias

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo 366 do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais accionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, no mínimo, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pela Directora Geral por delegação de competências no âmbito do mandato conferido pelo Conselho de Administração.

As regras definidas pelos accionistas, através das comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adoptar no desenvolvimento da actividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2010

Factos Relevantes

Durante o ano de 2010 verificou-se uma crescente consolidação da estrutura organizacional integrando o know – how dos accionistas e dos colaboradores, numa permanente adaptação à realidade local e às especificidades da empresa. O facto da estrutura de pessoal se ter mantido praticamente constante desde o arranque da concessionária, e existir um relacionamento francamente positivo, com a concedente e com outras entidades envolvidas, tem favorecido todo o desempenho da empresa.

Os Sistemas de Abastecimento e de Saneamento têm sido geridos de forma manifestamente satisfatória o que se traduz numa redução significativa no número de reclamações, relativamente a esta matéria. Durante o ano de 2010 foram executados trabalhos de limpeza e desinfecção de 11 dos 19 reservatórios do Sistema de Abastecimento. Os restantes reservatórios que estão a ser alvo de trabalhos de reabilitação serão limpos e desinfectados logo que as intervenções estejam concluídas.

No sector Comercial conseguiu-se, durante o primeiro semestre de 2010, recuperar o atraso da facturação decorrente do processo de transição e foram implementados procedimentos de gestão de cobranças que têm permitido reduzir a dívida de clientes.

Durante 2010 tiveram início as empreitadas previstas no Plano de Investimentos tendo sido consignadas as seguintes obras no valor global de 979 mil Euros;

- “Reabilitação de infra-estruturas existentes” consignada a 1 de Fevereiro e terminada a 2 de Abril do mesmo ano; Dado o estado da generalidade das infra-estruturas e, uma vez que as intervenções de reabilitação serão, nalguns casos mais profundas, foi consignado a 6 de Maio, o 1º Aditamento ao Contrato de Construção relativamente à obra de “Reabilitação de infra-estruturas existentes”;
- “Fascículo FB07 – Construção da rede doméstica de Vale do Brejo 2ª fase – Casais das Inglesas e Casais de Vale Coelho” consignada a 12 de Abril;
- “Fascículo FB18 – Freguesia de Vila Nova da Rainha – Construção da Rede de Drenagem - Apiedeiro” consignada a 7 de Outubro;
- “Fascículo FB03 – Freguesia de Alcoentre – Construção da Rede Doméstica de Quebradas – 2ª Fase” consignada a 15 de Novembro;
- “Fascículo FA09 – Reservatório de Vale do Paraíso e Construção de Nova Célula do Reservatório. Reabilitação da Célula Existente” consignada a 2 de Dezembro;

Foram também adjudicados os trabalhos de assessoria para a Fiscalização das Obras Previstas no Plano de Investimentos da Concessão, à empresa DDN – Gestão, Coordenação e Fiscalização Lda.

Durante o ano de 2010 foram também concluídos e entregues, ao município, os Projectos de Execução cuja solução técnica não dependia da definição do Sistema em Alta.

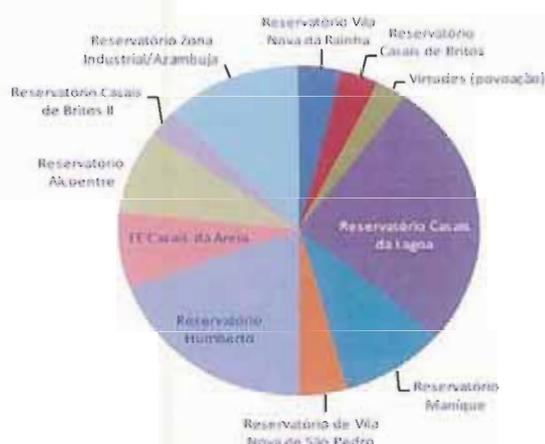
Desempenho da Empresa

Exploração do Sistema

Operação dos Activos

Durante o ano de 2010 foram executados trabalhos de limpeza e desinfecção de 11 dos 19 reservatórios do Sistema de Abastecimento. Os restantes reservatórios que estão a ser alvo de trabalhos de reabilitação serão limpos e desinfectados logo que as intervenções estejam concluídas.

Ponto de Entrega	PE	Volume Médio Mensal (m ³)	%
Reservatório Vila Nova da Rainha	PE1ZA4PA2	5.266	3,86%
Reservatório Casais de Britos	PE1ZA4PA1	4.664	3,42%
Reservatório Casais da Lagoa	PE1ZA2PA3	35.880	26,29%
Virtudes (povoação)	PE1ZA2PA1	3.666	2,69%
Reservatório Manique	PE1ZA3PA1	12.796	9,38%
Reservatório Vila Nova de São Pedro	PE2ZA3PA2	5.820	4,26%
Reservatório Humberto	PE1ZA6PA1	26.374	19,33%
EE Casais da Areia	PE1ZA5PA1	10.162	7,45%
Reservatório Alcoentre	PE1ZA10PA1	11.393	8,35%
Reservatório Casais de Britos II	PE1ZA19PA1	3.499	2,56%
Reservatório Zona Industrial/Azambuja	PE8ZA13PA3	16.940	12,41%
Total		136.460	



Em Setembro de 2010 Águas do Oeste reforçou o abastecimento ao Sistema de Azambuja (PE1ZA6PA1) colocando em funcionamento a captação subterrânea designada por Farol em conjunto com a captação subterrânea RAI.

Foi dada continuidade à campanha para redução das perdas técnicas e comerciais.

Volume de Água (m ³)	2009	2010	Varição (%)
Água Aduzida	844.085	1.640.537	n.a.
Água Vendida	644.842	1.313.812	n.a.
% Água não Vendida	23,60%	19,92%	-3,69%

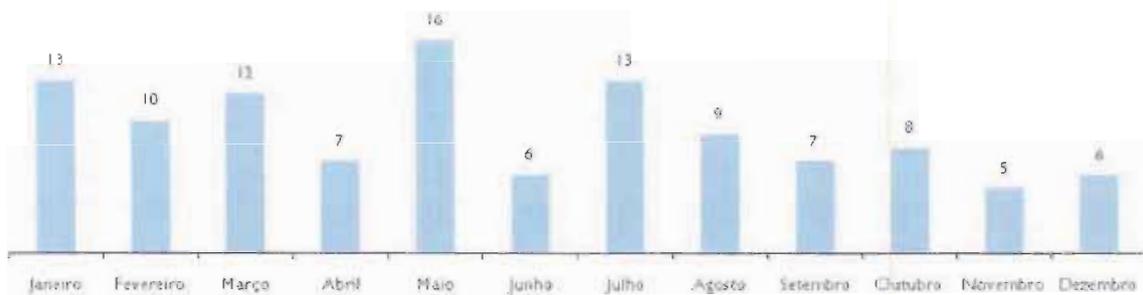
Manutenção do Sistema

Todas as actividades de manutenção preventiva e curativa dos sistemas de abastecimento e saneamento foram asseguradas através de contrato de prestação de serviços com a Luságua – Serviços Ambientais

2. ↓
6

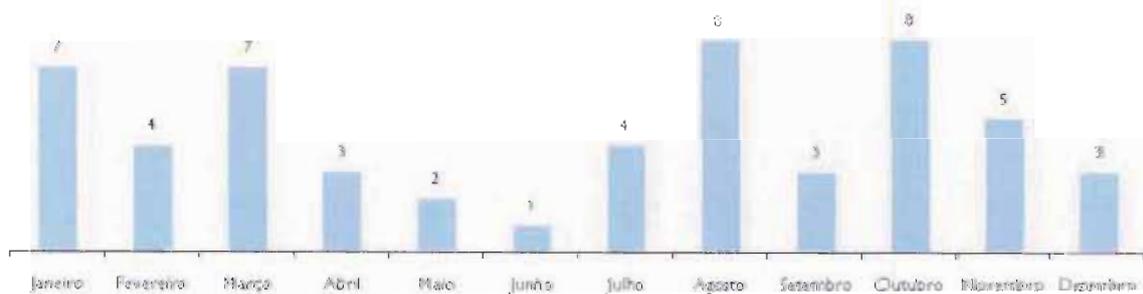
S.A.. Em 2010 o n.º de roturas foi de 112. O tempo médio entre a comunicação da rotura e restabelecimento do serviço foi inferior a duas horas.

Roturas durante o ano de 2010



Relativamente à rede de saneamento, verificaram-se 55 obstruções de colectores. Foram asseguradas 572 limpezas de fossas sépticas.

Obstruções durante o ano de 2010



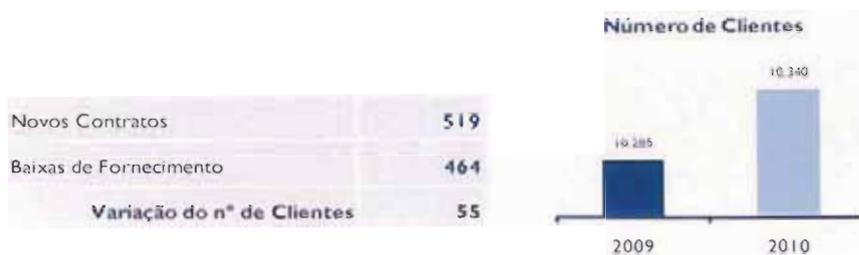
Sistema de Controlo de Qualidade

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água (decreto-lei n.º234/2001).

Foram efectuadas 1076 determinações analíticas distribuídas pelo conjunto de parâmetros de Controlo de Rotina I, Controlo de Rotina II e Controlo de Inspeção.

Área Comercial

Em 2010 a Empresa aumentou o número de clientes de abastecimento em 55, tal como podemos observar no quadro seguinte:



A Empresa aumentou o número de clientes de saneamento em 394 novos contratos. Este aumento do número de contratos teve a ver fundamentalmente com o aumento da cobertura da rede de saneamento e com o melhor conhecimento do cadastro da rede de saneamento.

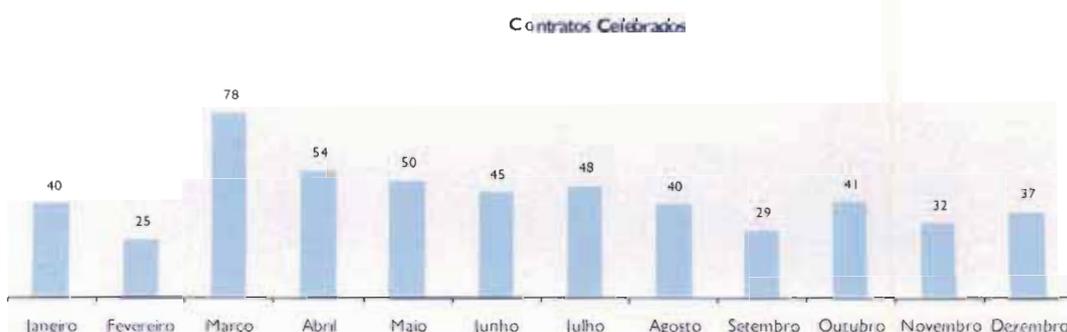
No final do ano de 2010, a empresa tinha um total de 10.340 contratos de abastecimento, dos quais 5.707 também tinham serviço de saneamento.

A Águas da Azambuja vai continuar a desenvolver acções de fiscalização no sentido de detectar utilizações abusivas.

Durante o exercício de 2010 foram executados 85 ramais de água e 30 de saneamento.

Novos Contratos

A AdAz celebrou 519 contratos de fornecimento de água durante o ano 2010.



Baixas de Fornecimento

No decurso do ano 2010, a AdAz registou 464 rescisões de contrato de fornecimento.



Suspensões de fornecimento

Foi iniciado, em Março de 2010 todo um processo de controlo de cobranças, da qual resultaram 795 cortes de fornecimento e 652 restabelecimentos de serviço. É ainda de referir que transitaram clientes suspensos do município conforme previsto no Contrato de Concessão.

Reclamação da Dívida	n.º
Cartas Emitidas	7.456
Cortes Efectuados	795
Contratos com o Fornecimento Suspenso	248
Restabelecimentos Facturados	652

Campanha de Substituição de Contadores Antigos

A campanha visava a substituição de contadores que apresentavam uma idade de instalação superior à prevista na legislação.

Foram substituídos 2.200 contadores que nos permite ter uma maior fiabilidade na contagem dos consumos. Em virtude do resultado positivo desta campanha, em 2010, a Águas da Azambuja vai dar continuidade à substituição de contadores conforme previsto no Plano de Investimentos de Concessão.

Em termos de facturação, a empresa atingiu um volume de vendas de 2.682 mil euros.

(em euros)

Vendas e Prestações de Serviços	Ano de 2010
Venda de Água	1.625.294
Tarifa de Disponibilidade	533.708
Total Vendas + Tarifa	2.159.002
Tarifa de Utilização de Saneamento	311.416
Ramais Domiciliários (Água)	76.621
Ramais Domiciliários (Saneamento)	33.294
Outros Serviços	101.564
Total das Prestações de Serviços	522.895
Total de Volume de Negócios	2.681.897

Os clientes Domésticos têm um peso de 86,5% no conjunto total de contratos existentes, seguidos dos clientes de Comércio/Indústria com um peso de 9,3%. No entanto quando comparado os rendimentos, o peso do Comércio e Indústria ascende a 28,5%.

Em média, foram facturados cerca de 10,6 m3 por consumidor e por mês.

Formas de Pagamento:

Em termos de formas de pagamento, a Loja, o Multibanco e o Débito em Conta representam cerca de 88% da escolha dos nossos Clientes.

Modalidade de Pagamento	2009		Peso (Quant)	2010		Peso (Quant)
	Quant.	Euros		Quant.	Euros	
Loja	8.642	252.645	27%	36.770	1.275.594	28%
Débito em Conta	9.780	209.240	31%	43.881	1.217.013	33%
Payshop	3.844	57.879	12%	14.156	239.747	11%
Multibanco	9.106	198.594	29%	36.238	921.946	27%
Balcão IDP	17	128	0%	46	378	0%
Megarede	181	3.301	1%	1.206	23.674	1%
Total	31.570	721.788	100%	132.297	3.678.352	100%

Organização, Processos e Sistemas

Organização e Processos

No que respeita aos aspectos organizacionais e de procedimentos, a empresa encontra-se em fase de consolidação do modelo estabelecido ao nível das infra-estruturas de água e águas residuais com um conjunto de Obras que fazem parte do Plano de Investimentos, tendo por referência a especificidade da Concessão e dos respectivos sistemas: 10.340 contratos distribuídos por uma área territorial de cerca de 263 km², servidos, em baixa, por:

Infra-estruturas	nº/ km
Reservatórios	19
Estações Elevatórias de Abastecimento	13
Estações Elevatórias de Águas Residuais	5
Rede de Abastecimento de Água	278
Rede de Saneamento	125

Relações com o Concedente e com outros interessados no desempenho da Sociedade

O relacionamento entre a empresa e o Município de Azambuja tem sido positivo e de grande proximidade permitindo ultrapassar as situações que se deparam, tanto a nível das infra-estruturas que ainda há dois anos eram geridas pelo município, como no relacionamento com os clientes e com as outras entidades interessadas. A esse nível é de realçar o contacto com as Juntas de Freguesia, a empresa Águas do Oeste, a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, Direcção Regional de Saúde/ Delegada de Saúde e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.



2. d


Plano de Investimentos

Durante o ano de 2010 foram realizados 580.676 Euros repartidos da seguinte forma:

Plano de Investimentos	2010	
	Euros	% Execução
Projectos	69.978	n.a.
FB07	218.831	77%
FB18	40.391	74%
FB03	45.696	21%
FARs	51.989	100%
Iº Aditamento FARs	153.792	86%
Total	580.676	

Tiveram início as empreitadas previstas no Plano de Investimentos tendo sido consignadas as seguintes obras:

- “Reabilitação de infra-estruturas existentes” consignada a 1 de Fevereiro e terminada a 2 de Abril do mesmo ano; Dado o estado da generalidade das infra-estruturas e, uma vez que as intervenções de reabilitação serão, nalguns casos mais profundas, foi consignado a 6 de Maio, o 1º Aditamento ao Contrato de Construção relativamente à obra de “Reabilitação de infra-estruturas existentes”;
- “Fascículo FB07 – Construção da rede doméstica de Vale do Brejo 2ª fase – Casais das Inglesas e Casais de Vale Coelho” consignada a 12 de Abril;
- “Fascículo FB18 – Freguesia de Vila Nova da Rainha – Construção da Rede de Drenagem - Apiedeiro” consignada a 7 de Outubro;
- “Fascículo FB03 – Freguesia de Alcoentre – Construção da Rede Doméstica de Quebradas – 2ª Fase” consignada a 15 de Novembro;
- “Fascículo FA09 – Reservatório de Vale do Paraíso e Construção de Nova Célula do Reservatório. Reabilitação da Célula Existente” consignada a 2 de Dezembro;

Foram também adjudicados os trabalhos de assessoria para a Fiscalização das Obras Previstas no Plano de Investimentos da Concessão, à empresa DDN – Gestão, Coordenação e Fiscalização Lda.

Durante o ano de 2010 foram também concluídos e entregues, ao município, os Projectos de Execução cuja solução técnica não dependia da Entidade em Alta – Águas do Oeste.

ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

Nota Introdutória:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas da Azambuja, S.A., no exercício de 2010, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2010.

Na sequência da entrada em vigor das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os valores agora reflectidos para 2009 foram alterados, para que estivessem no mesmo sistema contabilístico que os de 2010.

Salienta-se que o arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), que se irá prolongar por 30 anos, teve início no dia 11 de Julho de 2009. Desta forma, **os dados de 2009 não são comparáveis com os de 2010.**

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

Análise de Custos e de Proveitos

A empresa regista, no ano de 2010, um prejuízo de 96.019 euros.

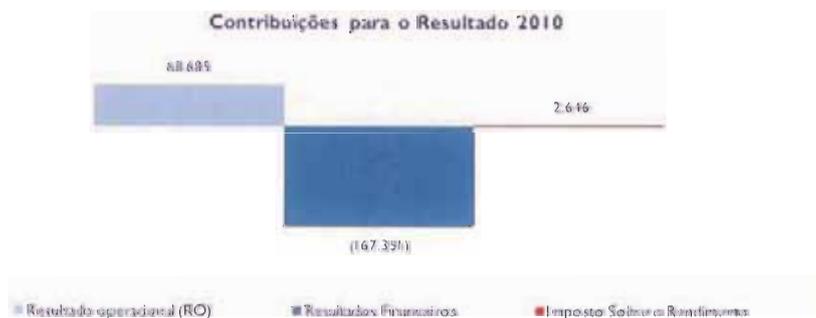
Demonstração dos Resultados	2009	2010	(em euros)
			Var. %
Vendas	1.067.987	2.160.260	102,3%
Prestações de Serviços	221.355	521.637	135,7%
Volume de Negócios	1.289.342	2.681.896	108,0%
CMVMC	478.269	942.294	97,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	699.015	1.408.702	101,5%
Gastos com o Pessoal	119.725	222.854	86,1%
Outros Resultados Operacionais	(45.787)	21.463	146,9%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	(53.454)	129.510	342,3%
Amortizações, Deprec. e Reversões	19.279	60.825	215,5%
Resultado operacional (RO)	(72.733)	68.685	194,4%
Resultados Financeiros	(48.419)	(167.351)	(245,6%)
Resultados Antes de Impostos	(121.152)	(98.666)	18,6%
Imposto Sobre o Rendimento	22.887	(2.646)	(111,6%)
Resultado Líquido do Exercício	(144.039)	(96.019)	33,3%

12
8

	(em euros)		Var. %
	2009	2010	
EBITDA (Cash-Flow Operacional)	(53.454)	105.138	296,7%
Margem EBITDA	-4,15%	3,92%	8,1 p.p.
EBIT (Resultado Operacional)	(72.733)	68.685	194,4%
Margem EBIT	-5,64%	2,56%	8,3 p.p.

EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades
 Margem EBITDA = EBITDA / Volume de Negócios
 Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

O Resultado Líquido obtido teve como principais contribuidores:

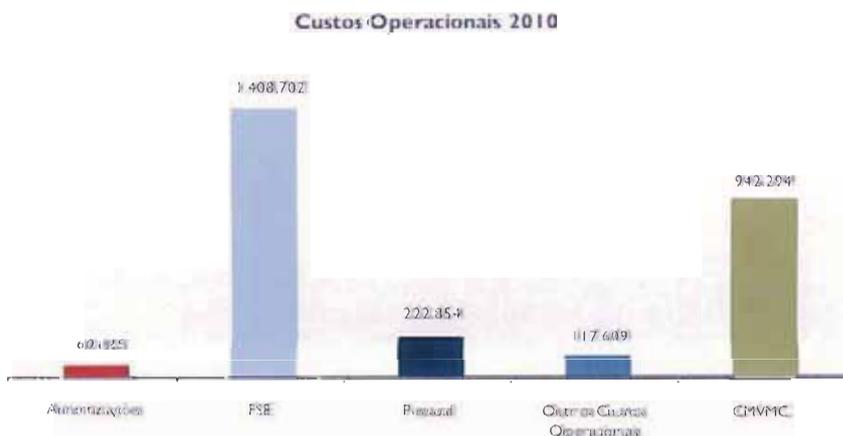


A vertente financeira apresenta um desempenho que contribuiu negativamente para o resultado alcançado, não conseguindo ser compensada pelo desempenho positivo da vertente operacional.

EBIT (Resultado Operacional)

O EBIT (Resultado Operacional) regista um resultado positivo de 68.685 euros. Os proveitos operacionais no montante total de 2.824.584 euros, constituídos essencialmente pelo Volume de Negócios, ficaram acima dos custos operacionais que atingiram os 2.755.899 euros

A decomposição dos Custos Operacionais é a seguinte:



Os Fornecimentos e Serviços Externos são os custos mais relevantes, em consequência da recolha e tratamento de efluentes (Águas do Oeste) e manutenção e execução de ramais, limpeza de fossas, desobstrução de colectores, entre outros. Os CMVMC representam um custo elevado por via da aquisição de água à Águas do Oeste.

Resultado Financeiro

A vertente financeira regista um resultado negativo de 167.351 euros explicado essencialmente por encargos financeiros de natureza bancária e accionista, subjacentes ao contrato de financiamento em regime de *Project Finance*.

Análise do Balanço

Balanço	2009	2010	(em euros)
			Var. %
Activo			
Activos Fixos e Intangíveis	2.039.717	2.664.672	30,6%
Outros	22.767	18.213	(20,0%)
Total dos Activos não Correntes	2.062.484	2.682.885	30,1%
Contas a Receber	1.005.874	701.782	(30,2%)
Diferimentos	97.665	115.499	18,3%
Outros	475.400	386.510	(18,7%)
Total dos Activos Correntes	1.578.939	1.203.791	(23,8%)
Total do Activo	3.641.423	3.886.676	6,7%
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio	66.354	25.724	(61,2%)
Financiamentos Obtidos	1.135.524	1.499.425	32,0%
Contas a Pagar	702.552	619.139	(11,9%)
Outros	401.537	364.559	(9,2%)
Total dos Passivos não Correntes	2.239.613	2.483.123	10,9%
Contas a Pagar	1.245.849	1.153.611	(7,4%)
Outros	89.607	224.218	150,2%
Total dos Passivos Correntes	1.335.456	1.377.829	3,2%
Total do Passivo	3.575.069	3.860.952	8,0%
Total do Capital Próprio e do Passivo	3.641.423	3.886.676	6,7%

O total do **Activo** atingiu, no final de 2010, o montante de 3.887 mil euros, valor superior em 6,7% ao registado no final de 2009.

Os **Activos não Correntes** aumentam 30,1% por via dos investimentos realizados, conforme previsto no Plano de Investimentos.

A variação ao nível dos **Activos Correntes** resulta essencialmente de dois factores:

- (i) Redução da dívida de clientes – Durante o primeiro semestre de 2010, recuperou-se o atraso da facturação decorrente do processo de transição e foram implementados procedimentos de gestão de cobranças;
- (ii) O reembolso do IVA em 2010 é inferior ao verificado em 2009, o que implica uma redução nas contas a receber do Estado.

O **Capital Próprio** diminui pelo Resultado Líquido verificado no final de 2010 e pela variação do justo valor do instrumento de cobertura em 135 mil euros (SWAP). Em sentido contrário encontra-se o reforço de prestações suplementares em 190 mil euros.

Os **Passivos não Correntes** apresentam no final de 2010, o montante de 2.483 mil euros, valor superior em 10,9% ao registado no final de 2009. Verifica-se um aumento do financiamento junto da CGD BI, para fazer face ao plano de investimentos, assim como uma diminuição da dívida à Concedente, pelo pagamento da renda.

O aumento verificado nos **Passivos Correntes** resulta essencialmente do reconhecimento do SWAP, tal como referido anteriormente.

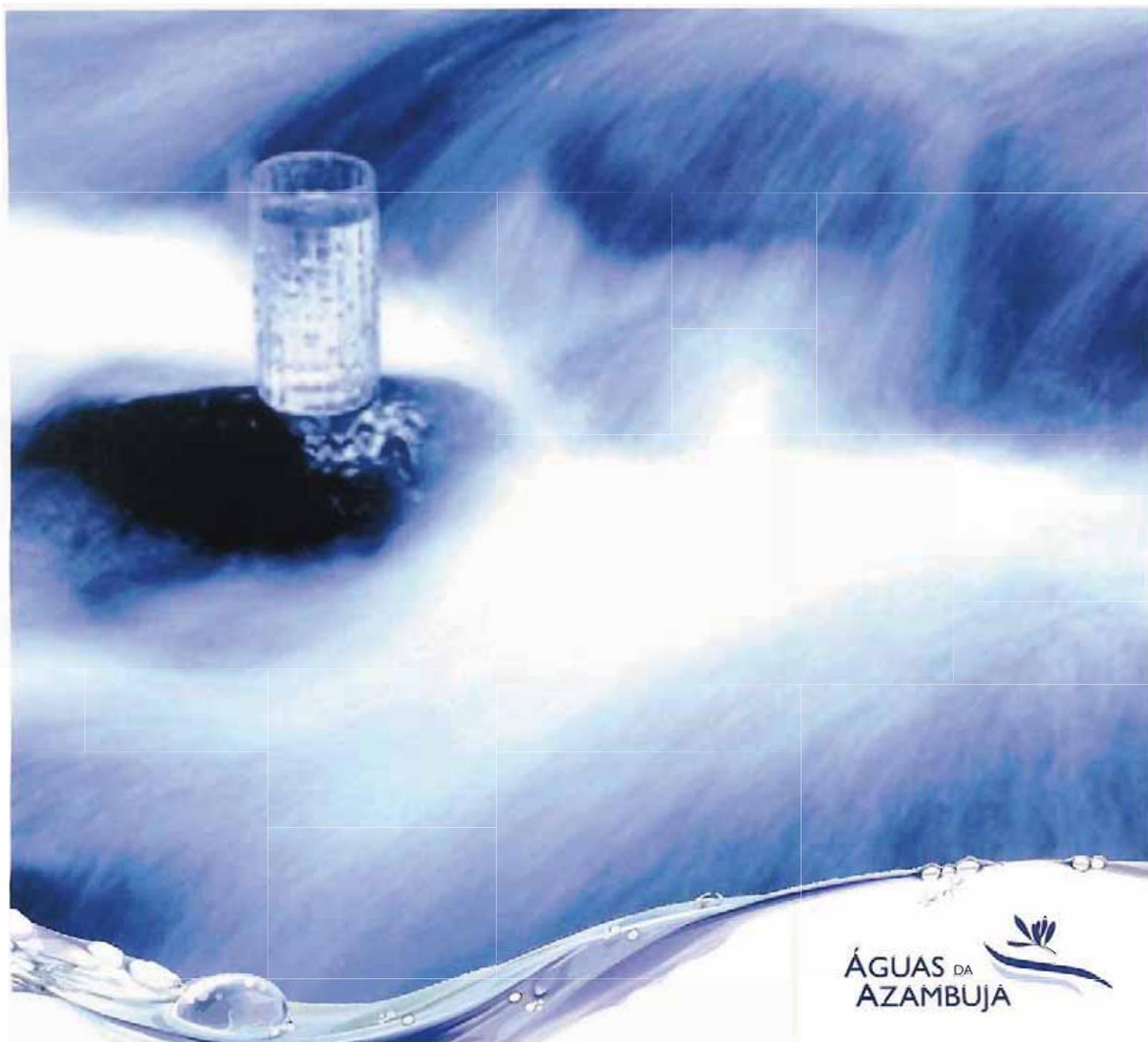
Indicadores

Os indicadores de Rentabilidade relevam o impacto do prejuízo que a empresa regista nos dois anos.

Ao nível dos indicadores de endividamento, quer a Autonomia Financeira quer a Solvabilidade registam, em 2010, um decréscimo face ao ano anterior, por via da redução do capital próprio.

Indicadores	2009	2010	Var.
			p.p.
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	(217,1%)	(373,3%)	(156,2 p.p.)
Rentabilidade do Activo (%)	(4,0%)	(2,5%)	1,5 p.p.
Autonomia Financeira (%)	1,82%	0,66%	(11,2 p.p.)
Solvabilidade (%)	1,86%	0,67%	(11,2 p.p.)

Perspectivas para o Futuro



ÁGUAS DA
AZAMBUJA

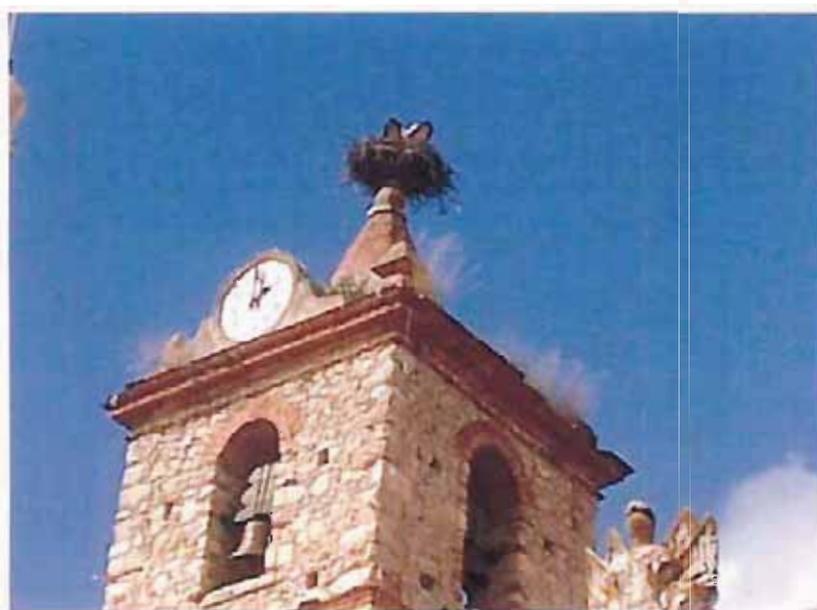


Para o ano de 2011 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da actividade da empresa:

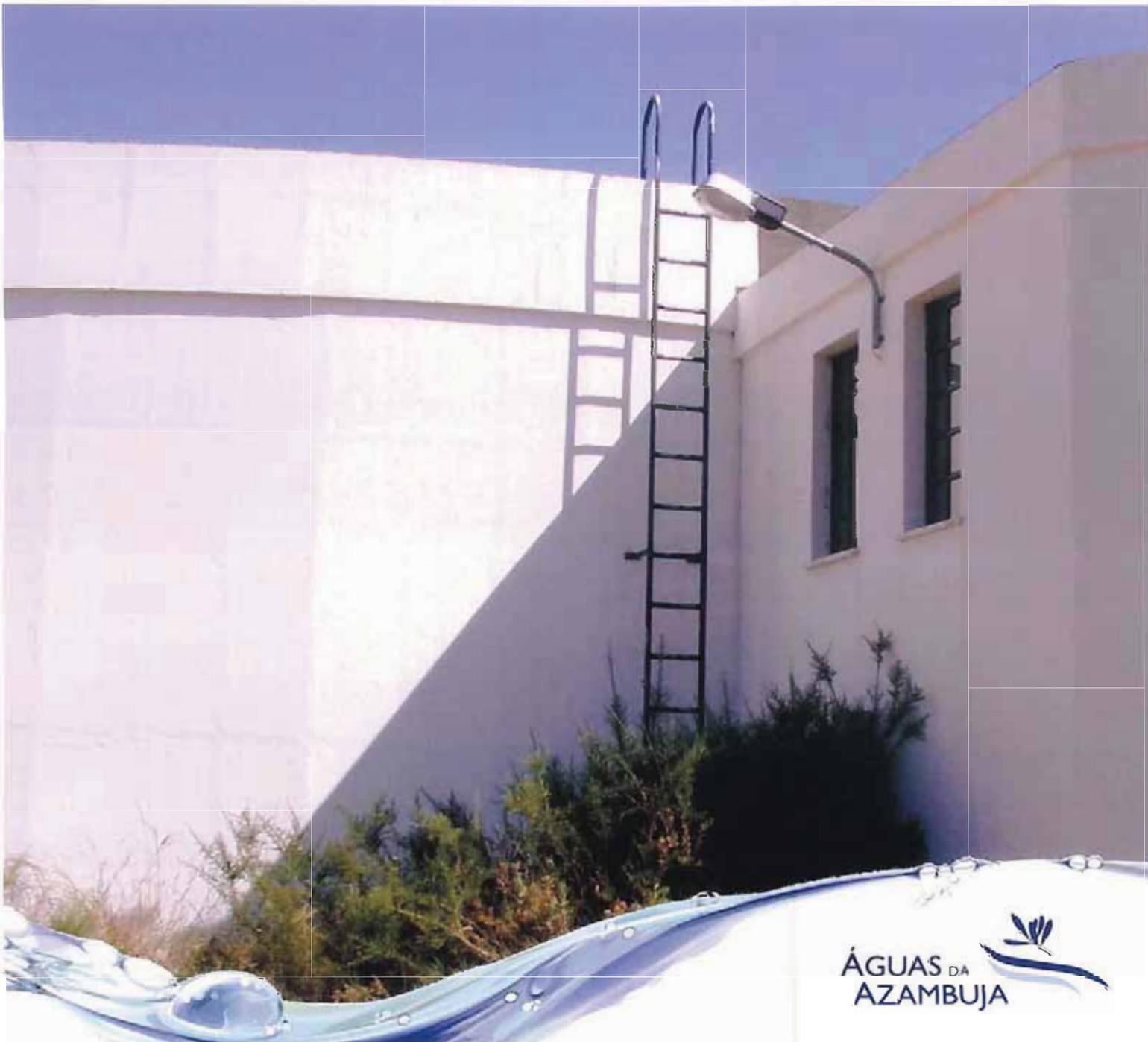
- Realização das Obras previstas no Plano de Investimento para o ano de 2011;
- Continuidade da campanha de substituição de contadores;
- Optimização do Plano de Manutenção Preventiva da Infra-estruturas;
- Aproximação aos grandes clientes;
- Arranque do Projecto de Telegestão;
- Arranque do Processo de Certificação (Qualidade, Ambiente e Segurança);

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afectar significativamente a situação da Águas da Azambuja, referenciamos:

- Posicionamento da Concessionária do Sistema Multimunicipal;
- Evolução das taxas de juro e variações dos preços de energia e combustíveis;
- Retracção de consumos devido à conjuntura económico-financeira;
- Resolução dos desequilíbrios verificados no contrato de concessão, nomeadamente no que se refere às diferenças de consumos e à adaptação ao novo diploma legal D.L. 194/2009



Considerações Finais



ÁGUAS DA
AZAMBUJA



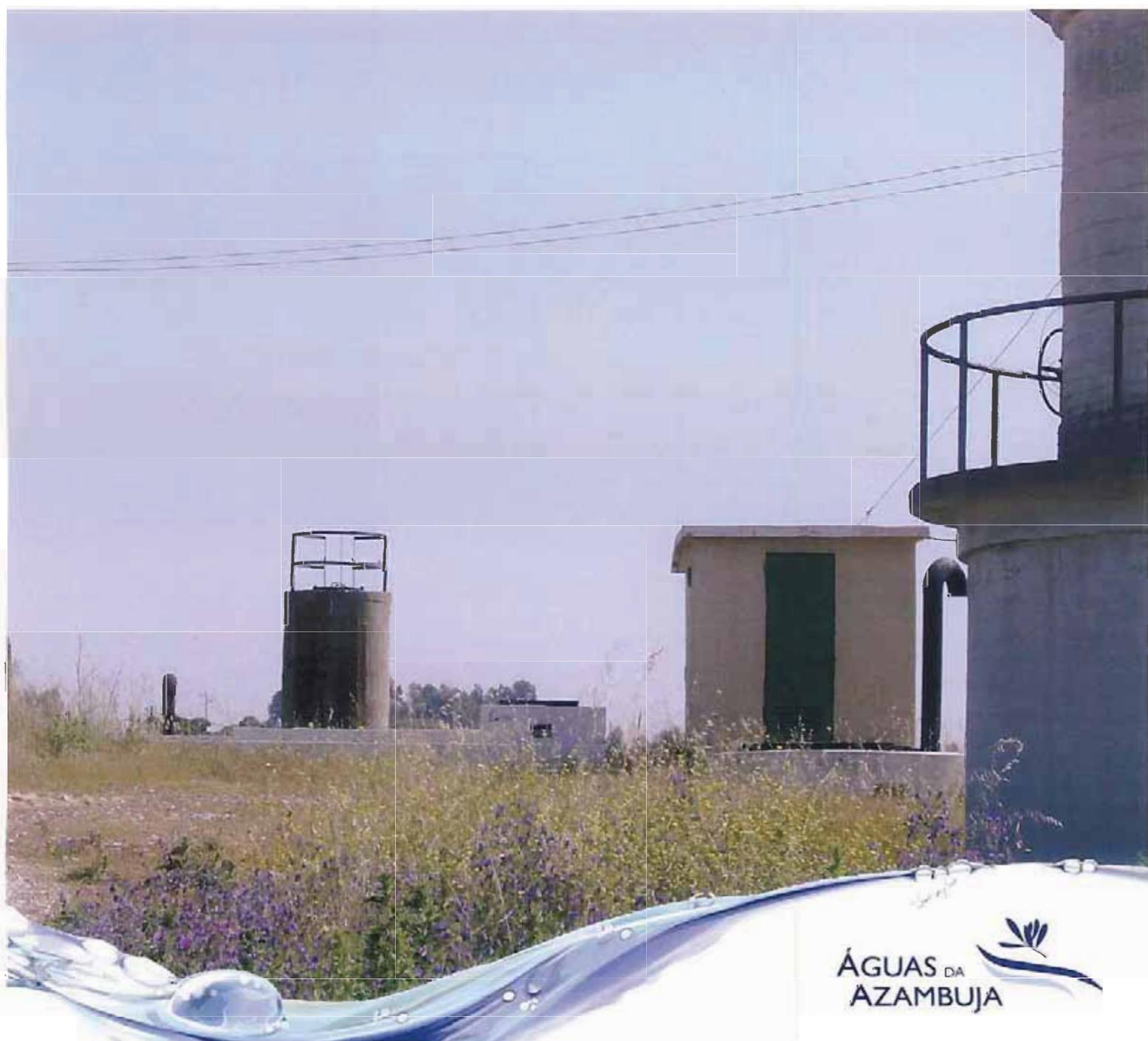
R. 7
8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das actividades desenvolvidas em 2010, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, directa ou indirectamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – Câmara Municipal de Azambuja;
- Os Accionistas AQUAPOR - Serviços, SA, e ECOBREJO – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A. pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- O Sr. João Pragosa pela forma exemplar com que conduziu o seu mandato de administrador da Sociedade;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram provas no seguimento das actividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- Os Colaboradores de Águas da Azambuja, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

Outras Informações

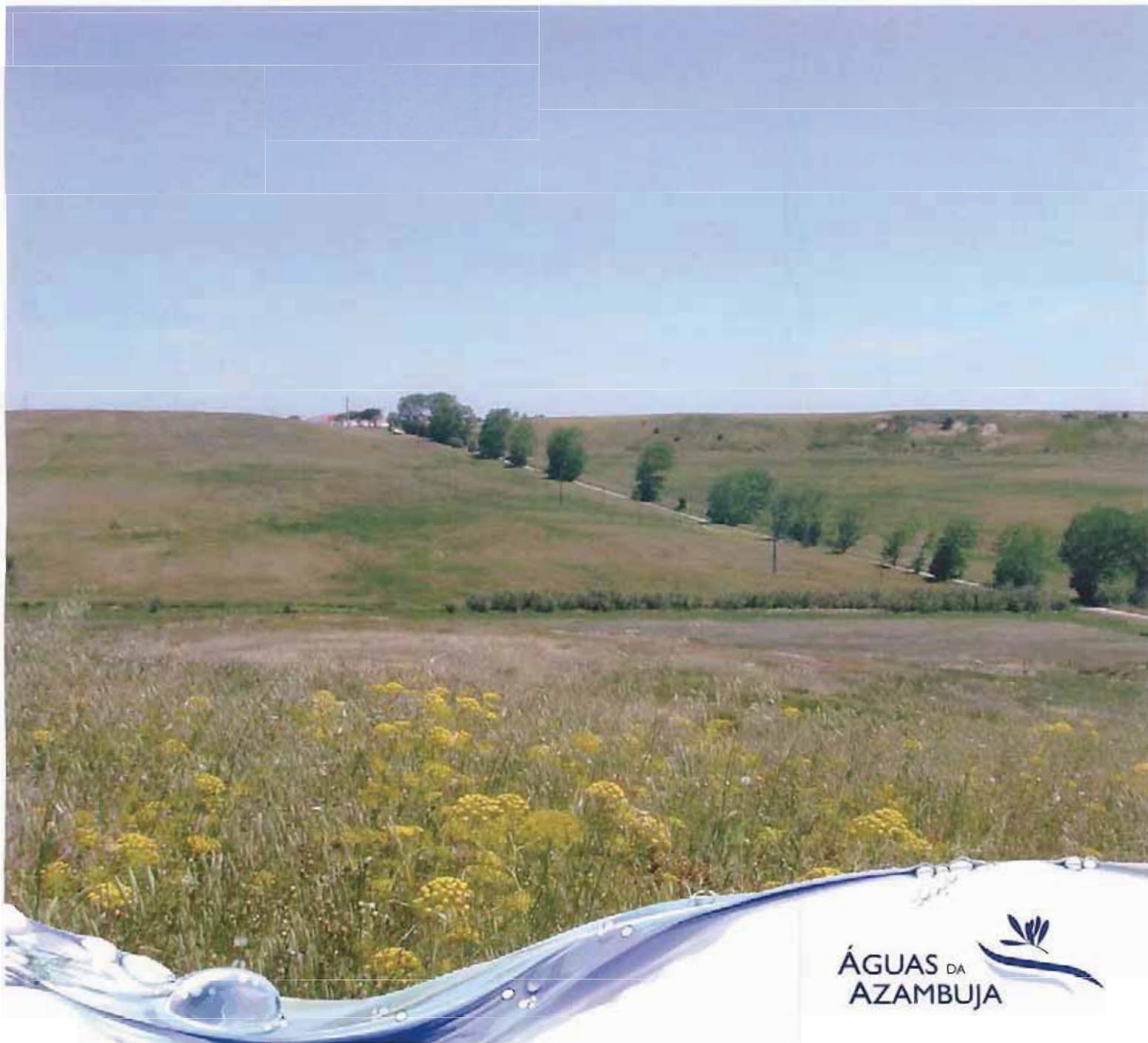


OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2010
- Não foram adquiridas ou alienadas acções próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2010;
- A sociedade não tem sucursais.

Proposta de Aplicação de Resultados



ÁGUAS DA
AZAMBUJA



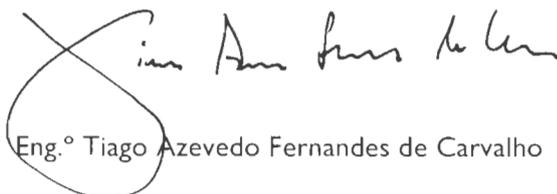
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2010, no montante de 96.019 euros negativos, seja transferido para Resultados Transitados a inscrever na conta 56.

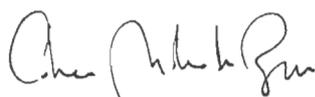
O Conselho de Administração



Eng.º Diogo Manuel Mena Faria de Oliveira



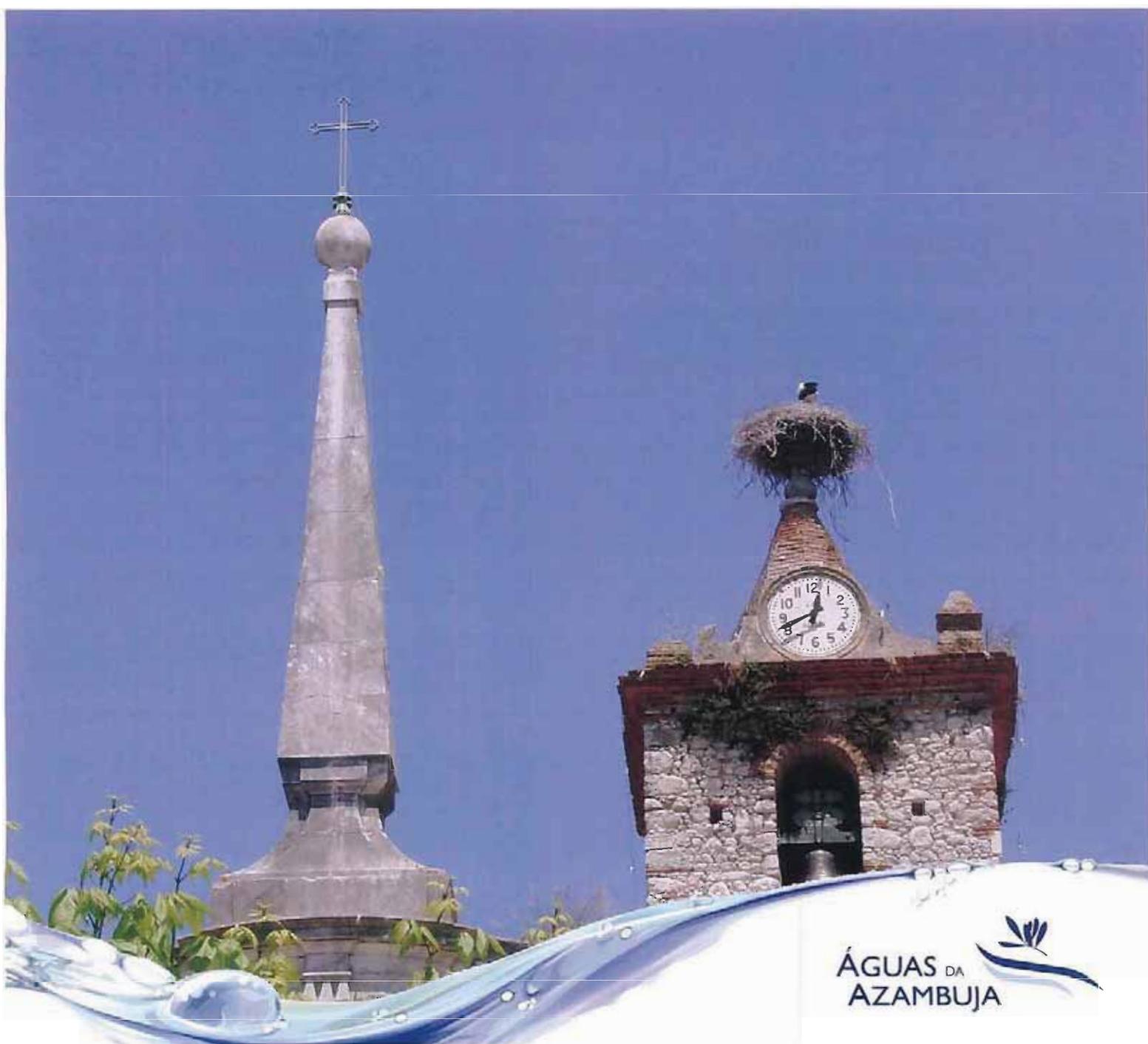
Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho



Dra. Catarina Alexandra Machado Pragosa

84

Contas do Exercício de 2010 e Respectivo Anexo



ÁGUAS DA
AZAMBUJA



CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2010 E RESPECTIVO ANEXO

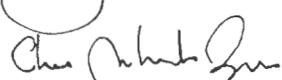
Águas da Azambuja, S.A.
BALANÇO
31 de Dezembro de 2010

Quantias em
Euros

	Notas	31-12-2010	31-12-2009
Activo			
Activo Não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis	8	93.487	103.706
Activos Intangíveis	7	2.571.185	1.936.011
Activos por Impostos Diferidos	12	18.213	22.767
		<u>2.682.885</u>	<u>2.062.484</u>
Activo Corrente			
Inventários	9	105.784	35.808
Clientes	13	372.727	651.416
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	48.337	149.488
Outras Contas a Receber	13.2	280.718	204.970
Diferimentos	15.2	115.499	97.665
Caixa e Depósitos Bancários	4	280.726	439.592
		<u>1.203.791</u>	<u>1.578.939</u>
Total do Activo		3.886.676	3.641.423
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital	13.8	50.000	50.000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13	440.000	250.000
Resultados Transitados	15.3	(144.039)	-
Ajustamentos em Activos Financeiros	13.7	(224.218)	(89.607)
Resultados Líquidos do Período	15.3	(96.019)	(144.039)
Dividendos Antecipados		-	-
Total do Capital Próprio		25.724	66.354
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	328.594	356.581
Financiamentos Obtidos	13.5	1.341.925	788.024
Passivos por Impostos Diferidos	12	35.965	44.956
Accionistas/Sócios		157.500	347.500
Outras Contas a Pagar		619.139	702.552
		<u>2.483.123</u>	<u>2.239.613</u>
Passivo Corrente			
Fornecedores	13.3	570.713	728.510
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	7.773	6.821
Financiamentos Obtidos	13.5	28.914	75.366
Outras Contas a Pagar	13.4	546.211	435.152
Diferimentos		-	-
Outros Passivos Financeiros	13.7	224.218	89.607
		<u>1.377.829</u>	<u>1.335.456</u>
Total do Passivo		3.860.952	3.575.069
Total do Capital Próprio e Passivo		3.886.676	3.641.423



António Augusto da Costa

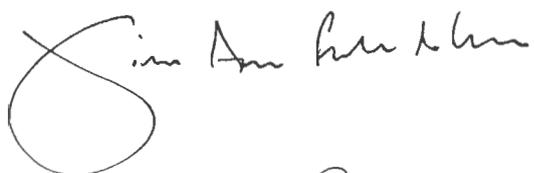


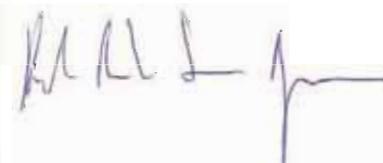


Águas da Azambuja, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
 Período findo em 31 de Dezembro de 2010

Quantias em Euros

	Notas	31-12-2010	31-12-2009
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	10	2.681.896	1.289.342
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(942.294)	(478.269)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.4	(1.408.701)	(699.015)
Gastos com o Pessoal	14	(222.854)	(119.725)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(3.616)	-
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	27.988	-
Outros Rendimentos e Ganhos	15.5	114.700	6.571
Outros Gastos e Perdas	15.6	(117.609)	(52.358)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		129.510	(53.454)
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.7	(60.825)	(19.279)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		68.685	(72.733)
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.8	23.588	35
Juros e Gastos Similares Suportados	15.9	(190.938)	(48.454)
Resultado antes de Impostos		(98.665)	(121.152)
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	2.646	(22.887)
Resultado Líquido do Período		(96.019)	(144.039)

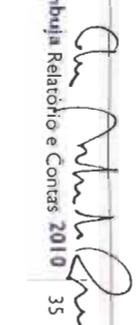


Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 Período findo em 31 de Dezembro de 2010

Quantias em Euros

Descrição	Capital Realizado		Outros Instrumentos de Capital Próprio		Ajustamentos em Activos e Passivos Financeiros		Resultado Líquido do Período		Total de Capital Próprio	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009 (POC)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
APLICAÇÃO DE RESULTADOS										
Transferência de Resultados para Resultados Transitados										
Primeira adopção do Sistema de Normalização Contabilística										
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos em coberturas										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	-	-	(89.607)	-	(89.607)	-	(89.607)		
RESULTADO INTEGRAL	4	-	-	(89.607)	-	(89.607)	-	(144.039)	(89.607)	(144.039)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	5=3+4							(144.039)	(233.646)	
Realizações de capital		50.000	250.000						50.000	250.000
Prestações suplementares										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009	6	50.000	250.000	-	(89.607)	-	(144.039)	-	300.000	66.354
	7=1+2+3+4+6	50.000	250.000	-	(89.607)	-	(144.039)	-	250.000	66.354
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	7	50.000	250.000	-	(89.607)	-	(144.039)	-	190.000	66.354
APLICAÇÃO DE RESULTADOS										
Transferência de Resultados para Resultados Transitados										
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	8	-	-	(144.039)	-	-	144.039	-	-	-
Ganhos líquidos em coberturas										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	9	-	-	(134.612)	-	(134.612)	-	(96.019)	(96.019)	(134.612)
RESULTADO INTEGRAL	10	-	-	(134.612)	-	(134.612)	-	(96.019)	(96.019)	(134.612)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	11=9+10									
Prestações suplementares		190.000	190.000						190.000	190.000
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	12	50.000	440.000	(144.039)	(224.219)	-	(96.019)	-	190.000	25.723
	13=7+8+9+10+12	50.000	440.000	(144.039)	(224.219)	-	(96.019)	-	190.000	25.723

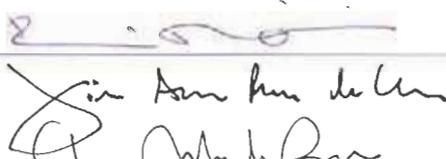


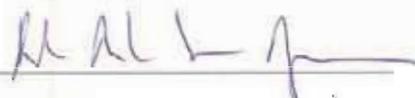




Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Período findo em 31 de Dezembro de 2010

	Quantias em Euros	
	31-12-2010	31-12-2009
Fluxo de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes	3.681.080	670.684
Pagamentos a Fornecedores	(4.016.309)	(597.527)
Pagamentos ao Pessoal	(217.830)	(84.519)
Caixa gerada pelas operações	(553.058)	(11.362)
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(697)	-
Outros recebimentos / pagamentos	80.719	(413.008)
Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)	(473.036)	(424.370)
Fluxo de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos Fixos Tangíveis	(6.162)	(107.304)
Propriedades de Investimento	-	-
Activos Intangíveis	(53.314)	(540.742)
Investimentos Financeiros	-	-
Outros Activos	-	-
	(59.476)	(648.046)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Propriedades de Investimento	-	-
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Subsidios ao investimento	-	-
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos	-	-
	(59.476)	(648.046)
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)	(59.476)	(648.046)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	711.029	1.222.866
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	300.000
Subsidios ao investimento	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	711.029	1.522.866
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	(113.164)	(10.858)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	(224.218)	-
	(337.382)	(10.858)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)	373.646	1.512.008
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(158.865)	439.592
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	439.592	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	280.726	439.592





Águas da Azambuja, S.A.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros
excepto quando expressamente indicado de outra forma)

I. Identificação da Entidade

A Águas da Azambuja, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 10 de Março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em Abril de 2007, que tem por objecto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água e de recolha e de rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja.

A Empresa tem a sua sede na Rua Teodoro José Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 – Azambuja, Portugal.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Aquapor – Serviços, S.A. (74,98%), com sede em Lisboa. O restante capital é distribuído da seguinte forma:

- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A. - 24,99%;
- Luságua – Serviços Ambientais, S.A. - 0,01%;
- Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A. - 0,01%;
- Pragosa Ambiente, S.A. - 0,01%.

Actividade Concessionada

Em 11 de Maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A., pelo prazo de 30 anos e mediante uma renda total de 1.015.725 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 11 de Julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Azambuja.

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infra-estruturas, instalações e equipamentos (com excepção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afectos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efectuado.

No início desta concessão, parte das infra-estruturas utilizadas na prestação dos serviços objecto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a

2. A
8 ✓

obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração, nomeadamente os planos de abastecimento de águas (3.731.384 Euros) e saneamento de águas residuais (3.307.339 Euros).

De acordo com contrato de concessão, estas infra-estruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou directamente pelos mesmos, estes activos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um activo intangível relacionado com o direito de utilização destas infra-estruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes activos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do activo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º ano: 208.782 Euros; 2º ano: 104.391 Euros; 3º ano: 83.512 Euros; 4º ano: 62.635 Euros; 5º ano e seguintes: 21.400 Euros (montantes que serão actualizados anualmente com base no IPC).

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Tendo em conta que foram aplicadas as disposições da NCRF 3 – Aplicação pela primeira vez das NCRF, designadamente a preparação de um balanço de abertura em referência a 1 de Janeiro de 2009 e a adopção das mesmas políticas contabilísticas nas demonstrações financeiras de 2009 e 2010, não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior. No Balanço de Abertura, reportado a 1 de Janeiro de 2009:

- (a) Foram reconhecidos todos os activos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas NCRF;
- (b) Foram desreconhecidos todos os itens que as NCRF não permitem reconhecer como activos ou passivos;
- (c) Foram reclassificados itens que segundo o POC eram reconhecidos como um tipo de activo, passivo ou componente do capital próprio, mas que são um tipo diferente de activo, passivo ou componente do capital próprio segundo as NCRF;
- (d) Foram aplicadas as NCRF na mensuração de todos os activos e passivos reconhecidos;
- (e) Os ajustamentos foram reconhecidos directamente nos resultados transitados ou, se apropriado, noutro item do capital próprio à data da transição.

Excepcionalmente, na data da aplicação das NCRF pela primeira vez a empresa pôde optar por algumas isenções da aplicação das NCRF e estava proibida de efectuar a aplicação retrospectiva de algumas situações.

A empresa cumpriu com todas as proibições previstas e decidiu não optar por nenhuma das isenções da aplicação das NCRF.

Não se verificaram efeitos da adopção da NCRF 3 na posição financeira, em referência a 1 de Janeiro de 2009, uma vez que a Empresa apenas iniciou a sua actividade em 10 de Março de 2009.

Os efeitos da adopção da NCRF 3 na posição financeira, em referência a 31 de Dezembro de 2009, encontram-se reflectidos no quadro seguinte:

	Activo em 31-12-2009		Passivo em 31-12-2009		Capitais Próprios em 31-12-2009
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
Total de acordo com o POC	1.824.280	5.519.450	6.447.386	800.000	96.347
Alteração de Políticas Contabilísticas					
Desreconhecimentos					
Integração Património e Bens Adquiridos (Eq. Básico)	-	(4.474.167)	-	-	(4.474.167)
Integração Património e Bens Adquiridos (Edifícios)	-	(442.500)	-	-	(442.500)
Subsidio	-	-	(4.916.667)	-	4.916.667
Amortizações	-	43	-	-	43
Valor da Renda reconhecido em 2009	(230.788)	-	(284.870)	34.331	19.750
Amortizações pelo método linear	-	74.941	-	-	74.941
Reconhecimentos					
Direito Concessão	-	1.015.720	-	1.015.720	-
Amortizações	-	(8.422)	-	-	(8.422)
Swap de taxa de juro	-	-	89.607	-	(89.607)
Investimento de Substituição	-	354.651	-	356.581	(1.931)
Custo amortizado	(14.554)	-	-	(11.975)	(2.579)
Subtotal	(245.342)	(3.479.733)	(5.111.930)	1.394.657	(7.803)
Efeito fiscal	-	22.767	-	44.956	(22.190)
Correcção de Erros	-	-	-	-	-
Total da acordo com as NCRF	1.578.938	2.062.484	1.335.456	2.239.613	66.354

A adopção das NCRF não teve qualquer impacto ao nível dos Fluxos de Caixa.

R. ↓
 (circled) X

de reequilíbrio estão directamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um tecto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um activo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa foram as seguintes:

(a) Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Activos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o activo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha recta.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2010	2009
Equipamento Básico	-	-
Equipamento de Transporte	-	-
Equipamento Administrativo	10% - 33.33%	10% - 33.33%
Outros Activos Fixos Tangíveis	12.50%	12.50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do activo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do activo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do activo (que é a mais alta entre o justo valor do activo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um activo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o activo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afectarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um activo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do activo;
- A quantia escriturada dos activos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um activo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um activo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um activo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o activo pertence, planos para alienar um activo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um activo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efectuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Activos Intangíveis

Activos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é reflectido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os activos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos activos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Activos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados mas são testado quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Activos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o activo pode estar em imparidade.

A imparidade destes activos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Activos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efectuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um activo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método a linha recta, excepto para os Direitos de Utilização em que o método utilizado é o método da soma das unidades.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2010	2009
Propriedade Industrial	33.33%	33.33%
Direito de Concessão	2,26%	1.08%
Outros	2.26%	1.08%

O gasto com amortizações de activos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Activos Intangíveis:

(b.1) Propriedade Industrial

Nesta rubrica encontra-se reflectida a aquisição de um software para a realização de desenho de plantas, relativamente ao qual existe o direito exclusivo de utilização.

A amortização é efectuada de acordo com o Decreto-Lei 25/2009.

(b.2) Direitos de Utilização relacionados com a actividade concessionada

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infra-estruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão, normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente facturados nesse exercício e os efluentes a facturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(b.3) Outros

São reconhecidos nesta rubrica as despesas iniciais com a aquisição do Direito da Concessão, no montante de 539.578 euros.

(c) Activos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

(c.1) Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Activos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e passivos da Empresa.

Os Activos por Impostos Diferidos reflectem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

2.7
B
K

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- A Empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- Seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A mensuração dos Activos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o activo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflecte as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

(c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 25%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 26,5%. Quando o lucro do exercício ultrapassa os 2 milhões de Euros, é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 2,5% sobre o lucro acima daquele valor, o que resulta numa taxa agregada máxima de 29%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras.

(d) Inventários

A valorização dos inventários e os respectivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição ^(*)	Custo médio

^(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efectuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(e) Activos Financeiros

Os Activos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Activos financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes activos. Sempre que existia uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os activos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Activos Financeiros.

(e.1) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea l) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.2) Outras Contas a Receber

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;
- Pessoal;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também:

- Os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço e
- Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica de Activos Não Correntes Detidos para Venda.

(f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

2. d
8

(g) Diferimentos Activos e Passivos

Esta rubrica reflecte as transacções e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(h) Rubricas dos Capitais Próprios

(h.1) Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(h.2) Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efectuadas pelos accionistas, na sequência de deliberação em Assembleia-geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

(h.3) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos accionistas e os ganhos por aumentos de justo valor em instrumentos financeiros, investimentos financeiros e propriedades de investimento. que, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

(h.4) Ajustamentos em activos financeiros

Esta rubrica inclui o montante relativo à valorização do Notional referente ao contrato de Cobertura de Taxa de Juro, celebrado com o Sindicato Bancário formado pelo BPI / Caixa BI.

(i) Provisões

Esta conta reflecte as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflecte as avaliações correntes de

mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflecte riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

(i.1) Provisões para investimentos de substituição

O valor de 328.594 euros constante nesta rubrica é referente à constituição da provisão de Investimento de substituição.

(j) Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

(j.1) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, os respectivos derivados são apresentados em Outros Activos Financeiros ou Outros Passivos Financeiros, consoante o caso e como não correntes ou como correntes seguindo a mesma forma como o financiamento está apresentado no Balanço.

(j.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

(j.3) Accionistas/Sócios

Os empréstimos a accionistas encontram-se valorizados ao custo.

(j.4) Outras Contas a Pagar

As outras contas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Outros credores;

e encontram-se valorizadas ao custo.



R. t
E

(j.5) Outros passivos financeiros

Esta rubrica inclui instrumentos financeiros derivados relativamente aos quais haja cobertura efectiva nos termos da NCRF 27 (com aplicação da IAS 39).

A Empresa celebrou um contrato de permuta de taxa de juro (interest rate swap), através do qual converteu a taxa de juro variável em taxa de juro fixa, com o objectivo de efectuar cobertura económica dos seus empréstimos.

Os fluxos de juros resultantes dos swaps, a receber e a pagar, são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico dos acréscimos; os resultados financeiros registados correspondem ao diferencial entre (i) a taxa de juro fixa contratada e (ii) a taxa de juro variável, aplicado ao "notional amount", segundo os contratos de swap.

(l) Vendas e Prestações de Serviço

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efectiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

(l.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

(1.2) Prestações de Serviços

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da actividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

(m) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(m.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra reflectido na rubrica "Outras Contas a Pagar".

(m.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(n) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (SWAP).

(o) Activos e Passivos Contingentes

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(p) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2 Juízos de valor

(a) Vidas úteis dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que esse activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efectiva de um activo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

(b) Impostos Diferidos Activos

São reconhecidos Impostos Diferidos Activos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(a) Imparidade de Activos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um activo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transacções de activos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o activo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui actividades de reestruturação

2
8
↑

relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(b) Imparidade das contas a receber

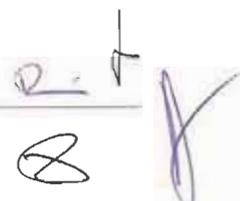
O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efectivo a incorrer no futuro.

(c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes factores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2010	2009
Caixa	500	230
Depósitos à Ordem	280.226	439.362
Outros Depósitos Bancários	-	-
	280.726	439.592

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa constante da Demonstração de Fluxos de Caixa decompõe-se da seguinte forma:

	2010	2009
Caixa	500	230
Depósitos à Ordem	280.226	439.362
Outros Depósitos Bancários	-	-
	280.726	439.592
Caixa e Depósitos Bancários de uma Unidade em Descontinuação	-	-
	280.726	439.592
Descobertos Bancários	(28.914)	(75.366)
	251.813	364.226

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

A Empresa adoptou no presente exercício as NCRF pela primeira vez pelo que adoptou a NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das NCRF na contabilização dos efeitos das alterações de Políticas Contabilísticas, Estimativas e Correções de Erros não tendo adoptado a NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas e Erros, razão pela qual as divulgações requeridas pela presente Nota não são aplicáveis.

Em termos práticos, ao abrigo da NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das NCRF a Empresa:

- Adoptou, com efeitos retrospectivos, as mesmas políticas contabilísticas no presente exercício e nos números comparativos do exercício anterior;
- Efectuou as alterações de estimativas de forma prospectiva excepto quando que se concluiu que tal alteração se ficou a dever a erros;
- Corrigiu os erros de forma retrospectiva e procedeu à reexpressão dos comparativos.

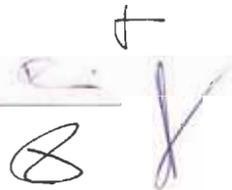
Handwritten initials and a signature in the top right corner.

6. Partes Relacionadas:

O Grupo é composto pelas seguintes entidades:

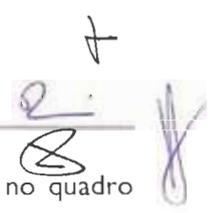
Nome	Actividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Alcanena</i>	Distribuição de Água	Município de Alcanena
<i>Águas do Planalto</i>	Distribuição de Água	Municípios de Tondela, Sta. Comba Dão, Mortágua, Tábua e Carregal do Sal
<i>Águas do Lena</i>	Distribuição de Água	Município da Batalha
<i>Águas da Teja</i>	Distribuição de Água	Município de Trancoso
<i>Águas do Vouga</i>	Captação e Tratamento de Água. Fornece em alta à Associação de Municípios do Carvoeiro	Município de Albergaria-a-Velha
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente
<i>ECOBREJO</i>	Gestão de resíduos e do ambiente	Batalha
<i>Construções Pragosa</i>	Obras de Construção Civil	Batalha
<i>Pragosa Ambiente</i>	Recolha, Limpeza, Transporte e Valorização de Resíduos	Batalha
<i>Águas da Figueira</i>	Distribuição de Água	Município da Figueira da Foz
<i>Águas de Gondomar</i>	Distribuição de Água	Município de Gondomar
<i>Águas de Alenquer</i>	Distribuição de Água	Município de Alenquer
<i>Águas de Cascais</i>	Distribuição de Água	Município de Cascais
<i>Águas do Sado</i>	Distribuição de Água	Município de Setúbal
<i>Tratave</i>	Tratamento de Águas Residuais	Municípios do Vale do Ave

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação directa na Águas da Azambuja, S.A. correspondente a 74,98% do capital.



A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas da Azambuja presta / Transações que faz	Serviços que a Águas da Azambuja recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, rendas de viaturas.
Luságua Alcanena	-	-
Águas do Planalto	-	-
Águas do Lena	-	-
Águas da Teja	-	-
Águas da Azambuja	-	-
Luságua Serviços Ambientais	-	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.
ECOBREJO	-	Assistência técnica.
Construções Pragosa	-	Obras de construção civil.
Pragosa Ambiente	-	Recolha, Limpeza, Transporte e Valorização de Resíduos.
Águas da Figueira	-	-
Águas de Gondomar	-	-
Águas de Alenquer	-	-
Águas de Cascais	-	-
Águas do Sado	-	-
Tratave	-	-



A quantia das transacções e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Accionistas
Aquapor	2010					
Serviços		-	123.576	-	353.129	-
	2009	-	-	1.911	95.864	(260.625)
Águas do Lena	2010	-	-	-	-	-
	2009	-	-	2.748	1.015	-
Luságua	2010					
Alcanena		-	-	-	-	-
	2009	-	-	1.645	3.600	-
Luságua	2010	-	29.591	-	14.942	-
Serviços	2009					
Ambientais		-	-	305	1.829	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2010	2009
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	60.613	4.003
Total de remunerações	60.613	4.003

E:
B
V

7. Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Activos Intangíveis
Custo:					
1 de Janeiro de 2009	-	-	-	-	-
Aquisições	1.395.400	1.164	539.578	10.306	1.946.449
Transferências	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2009	1.395.400	1.164	539.578	10.306	1.946.449
Aquisições	17.841	-	-	661.386	679.227
Transferências	121.669	-	-	(121.669)	-
Alienações	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2010	1.534.910	1.164	539.578	550.023	2.625.676

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Activos Intangíveis	Intangíveis em curso	Total Activos Intangíveis
Amortizações e Imparidade:						
1 de Janeiro de 2009	-	-	-	-	-	-
Amortizações	7.452	65	2.922	10.438	-	10.438
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2009	7.452	65	2.922	10.438	-	10.438
Amortizações	23.551	388	20.114	44.053	-	44.053
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2010	31.003	453	23.036	54.491	-	54.491

Valor líquido contabilístico:

A 31 de Dezembro de 2010	1.503.907	711	516.543	2.021.161	550.023	2.571.185
A 31 de Dezembro de 2009	1.387.948	1.099	536.657	1.925.704	10.306	1.936.011
A 1 de Janeiro de 2009	-	-	-	-	-	-

Parte do saldo da rubrica 'Activo Intangível – Direito de Concessão' (1.015.720 euros) é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Município de Azambuja'.

2. J
8

8. Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Total Activos Tangíveis
Custo:				
1 de Janeiro de 2009	-	-	-	-
Aumentos	55.454	4.153	52.939	112.547
Transferências	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2009	55.454	4.153	52.939	112.547
Aumentos	1.805	754	3.995	6.554
Transferências	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2010	57.259	4.907	56.934	119.100

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Total Activos Tangíveis
Amortizações e Imparidade:				
1 de Janeiro de 2009	-	-	-	-
Amortizações	2.773	699	5.369	8.841
Transferências	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2009	2.773	699	5.369	8.841
Amortizações	5.651	874	10.247	16.772
Transferências	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2010	8.424	1.573	15.616	25.613

Valor líquido contabilístico:

A 31 de Dezembro de 2010	48.835	3.334	41.318	93.487
A 31 de Dezembro de 2009	52.681	3.454	47.570	103.706
A 1 de Janeiro de 2009	-	-	-	-

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

9. Inventários

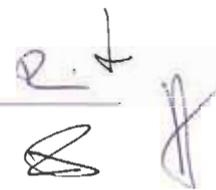
A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2010	2009
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	105.784	35.808
	105.784	35.808

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias- Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2009	-
Compras	514.077
Imparidades	
Regularização de inventários	(1.873)
Existências em 31 de Dezembro de 2009	(35.808)
	478.269
Existências em 1 de Janeiro de 2010	35.808
Compras	1.012.270
Imparidades	
Regularização de inventários	(25.245)
Existências em 31 de Dezembro de 2010	(105.784)
	942.294



10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2010	2009
Vendas		
Mercadorias	1.258	3
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	1.625.294	837.751
Quota Serviço Água	533.708	230.233
Devoluções de Vendas	-	-
Descontos e abatimentos em Vendas	-	-
	2.160.260	1.067.987
Prestações de Serviços		
Diversos	210.221	61.559
Venda de Saneamento	311.416	159.795
Descontos e abatimentos	-	-
	521.637	221.355
	2.681.896	1.289.342

A rubrica 'Diversos' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água, Ramais Água e Ramais Saneamento, Instalação, Reparação e Conservação de Contadores/Ramais, Deslocações e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços é referente ao mercado interno.

II. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se reflectido no quadro seguinte:

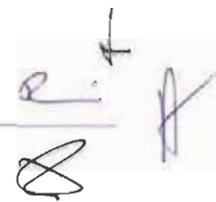
	Provisões para Investimento de Substituição
A 1 de Janeiro de 2009	-
Aumentos do ano	356.581
Utilizações no ano	-
Reversões do ano	-
A 31 de Dezembro de 2009	356.581
A 1 de Janeiro de 2010	356.581
Aumentos do ano	-
Utilizações no ano	-
Reversões do ano	(27.988)
A 31 de Dezembro de 2010	328.594

O aumento do ano de 2009 é referente à constituição do investimento de substituição, tendo como contrapartida o activo intangível, e não se encontrando assim reflectido nas contas de demonstração de resultados.

12. Imposto sobre o Rendimento

O Rendimento por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2010	2009
Imposto Corrente		
IRC do ano	1.792	697
	1.792	697
Imposto Diferido		
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	-	22.190
Outros movimentos	(4.438)	-
	(4.438)	22.190
	(2.646)	22.887



Não foram reconhecidos no ano quaisquer ajustamentos de impostos correntes de exercícios anteriores.

Não houve alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos imposto, pelo que a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2010	2009	2010	2009
Resultado antes de impostos	(98.666)	(121.152)		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,5%	26,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	(26.146)	(32.105)	26,50%	26,50%
Proveitos não tributáveis				
Variações patrimoniais negativas	1.616	-		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	27.988	-		
Benefícios fiscais	-	31.056		
Outros	4.438	17.862		
	34.041	48.918	9,14%	10,70%
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Variações patrimoniais positivas	18.363	-		
Prémios de seguros	-	3.244		
Multas, coimas e juros compensatórios	6.694	1.644		
Provisões para além limites legais	8.003	-		
IRC e outros impostos incidentes sobre os lucros	1.792	-		
Correcções relativas a exercícios anteriores	20.828	-		
Ajudas de custo por deslocação em viatura própria do trabalhador	-	1.655		
Outros	5.514	-		
	61.194	6.543	16,44%	1,43%
Lucro tributável	(71.513)	(163.527)		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%		
Imposto calculado	-	-	0,00%	0,00%
Tributação autónoma	1.792	697	(1,82%)	(0,58%)
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(4.438)	22.190	4,50%	(18,32%)
	(2.646)	22.887	2,68%	(18,89%)
Imposto sobre o rendimento	(2.646)	22.887	2,68%	(18,89%)

As quantias de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados		Outras Rubricas de Capital Próprio	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Impostos Diferidos Passivos						
Ajustamentos de transição para o SNC						
Integração Património e Bens Adquiridos e Amortizações						
Equipamento Básico	30.188	37.735	(7.547)	37.735	-	-
Edifícios	1.590	1.988	(398)	1.988	-	-
Valor da Renda reconhecido em 2009	4.187	5.234	(1.047)	5.234	-	-
	35.965	44.956	(8.991)	44.956	-	-
Impostos Diferidos Activos						
Ajustamentos de transição para o SNC						
Subsidio	17.667	22.083	(4.417)	22.083	-	-
Custo amortizado	547	683	(137)	683	-	-
	18.213	22.767	(4.553)	22.767	-	-
			(4.438)	22.190		

2.4
8

13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Activos		2010	2009
Corrente			
Clientes			
Valor Bruto		376.343	651.416
Imparidade		(3.616)	
		372.727	651.416
Outras contas a receber		280.718	204.970
		653.445	856.386
Instrumentos Financeiros Passivos		2010	2009
Não corrente			
Financiamentos obtidos		1.341.925	788.024
Accionistas		157.500	347.500
Outras contas a pagar		619.139	702.552
		2.118.564	1.838.075
Corrente			
Fornecedores		570.713	728.510
Financiamentos obtidos		28.914	75.366
Outras contas a pagar		546.211	435.152
		1.145.848	1.239.028
		3.264.412	3.077.102
Instrumentos Financeiros Derivados		2010	2009
Outros passivos financeiros			
Swap de taxa de juro		224.218	89.607
		224.218	89.607
Instrumentos de Capital		2010	2009
Capital		50.000	50.000
Outros instrumentos de capital			
Prestações suplementares		440.000	250.000
		490.000	300.000

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida		Dívida vencida			
		< 60 Dias	60-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias	
Ano 2010	376.343	240.425	56.670	17.939	17.494	14.929	28.886
Ano 2009	651.416	540.185	78.652	13.493	9.017	10.069	-

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2010					
Clientes	-	3.616	-	-	3.616
	-	3.616	-	-	3.616
Exercício de 2009					
Clientes	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-

13.2 Outras Contas a Receber

O saldo de Outras Contas a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
Outras contas a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	236.805	162.446
Saneamento	30.253	21.193
Outros	13.661	16.396
Outros devedores		
Taxa de Recursos Hídricos	-	4.736
Pessoal	-	200
	280.718	204.970

13.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
Fornecedores		
Nacionais	448.848	602.919
Entidades relacionadas	121.865	124.697
Factura recepção e conferência	-	895
	570.713	728.510

13.4 Outras Contas a Pagar

O saldo de Outras Contas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
Outras contas a pagar - não corrente		
Outros credores		
Renda de concessão	619.139	702.552
	619.139	702.552
Outras contas a pagar – corrente		
Fornecedores de investimento	148.429	15.549
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	32.271	29.282
Seguros	-	2.812
Fornecimentos e serviços por facturar	13.555	2.871
Diversos	129.706	98.950
Outros credores		
Taxa Municipal RSU	138.738	202.923
Renda de concessão	83.513	62.630
Diversos	-	20.136
	546.211	435.152
	1.165.352	1.137.703

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Município de Azambuja' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respectivo contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Activos Intangíveis – Direitos de Concessão.

2.
B 8

13.5 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	Taxa Juros Efectiva	Maturidade	2010	2009
Não correntes				
Empréstimos bancários				
CGDI	Euribor 6M	20-05-2009 a 24-08-2014	1.341.925	788.024
			1.341.925	788.024

	Taxa Juros Efectiva	Maturidade	2010	2009
Correntes				
Descobertos Bancários	Várias	À Vista	28.914	75.366
			28.914	75.366

13.6 Accionistas

O saldo de Accionistas decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
Accionistas	157.500	347.500
	157.500	347.500

A variação do saldo de accionistas no exercício de 2010 explica-se pelo reconhecimento nas contas do montante de 190.000 euros, relativo a Prestações Suplementares, que somente serão registadas em disponibilidades durante o exercício de 2011.

R. d
S

13.7 Outros Passivos Financeiros

O saldo de Outros Passivos Financeiros decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
Derivados com cobertura eficaz		
"Swap" de taxa de juro variável	224.218	89.607
	224.218	89.607

No âmbito da gestão operacional da sua actividade, a Águas da Azambuja, S.A. contratou um financiamento a taxa de juro variável, com a Caixa Geral de Depósitos BI, e utiliza o contrato de permuta de taxa de juro para fazer a cobertura económica dos juros, a pagar até 24 de Fevereiro de 2015. A empresa Águas da Azambuja, S.A. pretendeu assim cobrir o risco de taxa de juro decorrente da imprevisibilidade da evolução futura dos mercados financeiros.

Em 31 de Dezembro de 2010, a empresa apresenta um contrato de permuta de taxa de juro variável por taxa fixa com a CGD BI, como se segue:

O notional do contrato de swap em 31 de Dezembro de 2010 ascende a 4.131.000 euros (2009: 2.340.000 euros) e o correspondente justo valor (valor a pagar no caso de resolução do contrato de swap), àquela data, é de cerca de 224.218 euros (2009: 89.607 euros) a favor da entidade bancária.

As quantias resultantes da alteração de justo valor de instrumentos de cobertura que foram reconhecidas no capital próprio durante o período são as indicadas no quadro seguinte:

Ano de 2010	2009	Variação de justo valor	2010
Ajustamentos em activos e passivos financeiros			
Varição em Passivos			
Derivados com cobertura eficaz			
"Swap's" de taxa de juro variável	89.607	134.611	224.218
	89.607	134.611	224.218

Ano de 2009	2008	Variação de justo valor	2009
Ajustamentos em activos e passivos financeiros			
Varição em Passivos			
Derivados com cobertura eficaz			
"Swap's" de taxa de juro variável	-	89.607	89.607
	-	89.607	89.607

13.8 Capital

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2010	2009
Capital social nominal emitido	50.000	50.000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	37.490	37.490
Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	12.495	12.495
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	5	5
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	5	5
Pragosa Ambiente, S.A.	5	5
	50.000	50.000
Capital por realizar	-	-

O capital social emitido é composto por 10.000 acções com um valor nominal de 5 Euros cada.

13.9 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de Dezembro de 2010:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
2501.002237.093	CGD	3.500	Galp Frota	Petrogal, S.A.	Consumo Combustíveis
2501.002350.493	CGD	682	Energia Eléctrica	EDP	Fornecimento Energia - Rua S. Pedro Arrifana
2501.002349.093	CGD	1.231	Energia Eléctrica	EDP	Fornecimento Energia - Encosta Casais de Brito
2501.002590.693	CGD	5.000	Obras na Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Abertura Vala ENI do Km57+300 ao Km 57+445
2501.002609.093	CGD	5.000	Obras Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Obra EN3 do Km 4+500 ao Km 4+630D
2501.002608.293	CGD	5.000	Obras Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Obra ENI do Km 60+422 ao Km 60+737-D e E

Decorrente do contrato de concessão com o Município de Azambuja, existem compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço, relativos a Investimentos Futuros e previstos no Contrato de Concessão, que ascendem a cerca de 6.300.000 euros.

13.10 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas actividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
 - ▶ Risco de taxa de juro
 - ▶ Risco de taxa de câmbio
 - ▶ Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objectivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objectivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efectuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

2.1
8

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de activos e passivos financeiros contratados a taxa fixa ou a taxa variável. No primeiro caso, a Empresa enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses activos ou passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). No segundo caso, tal alteração tem um impacto directo no valor dos juros recebidos/pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

A evolução nas taxas de juro foi a seguinte:

Evolução das taxas do mercado monetário na zona Euro	2010	2009
Euribor 12M	1,507%	1,25%
Euribor 6M	1,227%	0,99%
Euribor 3M	1,006%	0,70%

Fonte: Banco BPI

De forma a gerir o risco de taxa de juro, a Empresa procura manter uma carteira variada de empréstimos concedidos e obtidos de taxa de juro fixa e de taxa variável. A contratação efectiva é a indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
Taxa variável	1,15%	1,11%
Taxa fixa	3,21%	3,21%

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à actividade operacional – clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

Devido ao facto de os clientes da Águas da Azambuja serem consumidores finais de água potável, as suas dívidas e subsequente o crédito estão seguros pela questão dos cortes de fornecimento. Os montantes individuais são reduzidos, na linha inferior aos 250.000 euros.

14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2010	2009
Remunerações do Pessoal	186.368	95.440
Encargos sobre Remunerações	37.328	18.842
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	669	232
Gastos de acção social	2.798	2.812
Outros gastos com o Pessoal	(4.309)	2.399
	222.854	119.725

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2010 foi de 11 (2009: 8 pessoas).

15. Outras Informações

15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
Saldo a Receber		
IVA	48.337	149.488
	48.337	149.488
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	1.792	697
Retenções Imposto sobre Rendimento	1.975	1.385
Outros Impostos	-	395
Contribuição para a Segurança Social	4.006	4.343
	7.773	6.821

R. 8

15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2010	2009
Gastos a reconhecer		
Rendas	1.986	980
Encargos Bancários	113.513	96.685
	115.499	97.665

15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	-	-	-
Ajustamentos de Transição	-	-	-
Resultado do ano	-	(144.039)	(144.039)
Outros	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	(144.039)	(144.039)
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	-	(144.039)	(144.039)
Remanescente da aplicação de Resultados	(144.039)	144.039	-
Ganhos líquidos em coberturas	-	-	-
Resultado do ano	-	(96.019)	(96.019)
Outros	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(144.039)	(96.019)	(240.058)

15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
Subcontratos	308.704	131.214
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	760.859	383.714
Publicidade e propaganda	1.741	13.375
Vigilância e segurança	2.507	1.295
Honorários	2.400	8.116
Comissões	1.563	225
Conservação e reparação	78.115	8.455
Outros Serviços Especializados	9.023	29.490
Materiais		
Ferramentas e utensílios	1.036	3.936
Livros e documentação técnica	117	59
Material de escritório	4.844	6.218
Artigos para oferta	860	611
Energia e Fluidos		
Electricidade	38.929	16.348
Combustíveis	15.689	6.316
Água	86	1.726
Outros Fluidos	153	102
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	2.834	732
Transportes de Mercadorias	17	17
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	47.023	22.189
Comunicação	67.073	33.682
Seguros	13.606	3.713
Contencioso e notariado	4.497	3.535
Despesas de representação	113	1.131
Limpeza, higiene e conforto	6.293	2.325
Outros	40.618	20.493
	1.408.701	699.015





15.5 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica Outros Rendimentos e Ganhos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
Rendimentos Suplementares		
Outros	50.209	3.561
Ganhos em Inventários	12.910	3.010
Outros		
Outros não especificados	51.581	-
	114.700	6.571

15.6 Outros Gastos e Perdas

A rubrica Outros Gastos e Perdas decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
Impostos	57.801	16.419
Perdas em Inventários	38.155	4.883
Outros		
Donativos	-	31.056
Outros Não Especificados	21.653	-
	117.609	52.358

15.7 Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
Gastos de depreciação e de amortização		
Activos Fixos Tangíveis	16.772	8.862
Activos Intangíveis	44.053	10.417
	60.825	19.279
Reversões de depreciações e amortizações	-	-
	(60.825)	(19.279)

[Handwritten signature and initials]

15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
Juros Obtidos		
Atraso de pagamento de clientes	4.044	35
Outros Rendimentos Similares	19.544	-
	23.588	35

15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	102.038	30.947
Empresas de grupo	14.226	7.638
Mora e Compensatórios	6.694	1.644
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Comissões bancárias sobre empréstimos / financiamento	26.969	2.579
Serviços Bancários	29.102	369
Comissões Garantias	11.752	4.017
Outros	158	1.261
	190.938	48.454

16. Aspectos Ambientais

Em 2010 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, exceptuando aqueles que se relacionam directamente com o objecto da sua actividade.

Em 2010 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 31 de Março de 2011.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração.

Desde 31 de Dezembro de 2010 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de Dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer acções próprias e nem efectuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2010, não foram efectuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota I deste relatório, é apresentada a estrutura accionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2010, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de Dezembro, cujo pagamento se efectuou em Janeiro de 2011, nos prazos legais.

2.
4

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas da Azambuja, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da Empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, as quais incluem as decorrentes da adopção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Empresa;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos accionistas e dos colaboradores da Empresa;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com duas ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

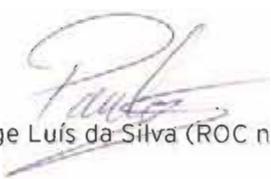
Procedemos à acção de fiscalização da Águas da Azambuja, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2010 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos accionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2010 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de Dezembro de 2010, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 26 de Abril de 2011

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:


Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)

D. 4
8

Certificação Legal das contas

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas da Azambuja, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 3.886.676 Euros e um total de capital próprio de 25.724 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 96.019 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas da Azambuja, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- 8.1. A Certificação Legal das Contas relativa ao exercício anterior incluía uma reserva por desacordo, pela não aplicação da Directriz Contabilística nº4 - Contabilização de obrigações contratuais de empresas concessionárias que, com a adopção do Sistema de Normalização Contabilística, deixou de ser aplicável.
- 8.2. Conforme descrito na Nota 2.4, em resultado dos principais efeitos decorrentes da adopção do SNC, a Empresa efectuou o desreconhecimento dos bens de domínio público obtidos da Concedente e o reconhecimento do Direito de Concessão, cujos efeitos nas demonstrações financeiras foram uma diminuição de 3.457 milhares de euros no activo não corrente, uma diminuição de 245 milhares de euros no activo corrente e uma

diminuição de 3.672 milhares de euros no passivo, que se traduziu no aumento do resultado líquido de 2009 em 60 milhares de Euros e na redução de 90 milhares de euros em outras rubricas de capitais próprios.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 26 de Abril de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)